

JOÃO FILIPE DOMINGUES BRASIL

**POVOS INDÍGENAS E EXPEDIÇÕES DE CONQUISTA NO
PANTANAL DO SÉCULO XVI**

DOURADOS – 2015

JOÃO FILIPE DOMINGUES BRASIL

**POVOS INDÍGENAS E EXPEDIÇÕES DE CONQUISTA NO
PANTANAL DO SÉCULO XVI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof. Dr. **Jorge Eremites de Oliveira.**

DOURADOS – 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

| | |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| B823p | Brasil, João Filipe Domingues Povos indígenas e expedições de conquista no pantanal do século XVI. / João Filipe Domingues Brasil – Dourados: UFGD, 2015. 97f. il. Orientador(a): Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira. Dissertação (Mestrado em História) FCH, Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. História indígena. 2. Etno-história. 3. Pantanal. I. Título. CDD – 980.4171 |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte

JOÃO FILIPE DOMINGUES BRASIL

**POVOS INDÍGENAS E EXPEDIÇÕES DE CONQUISTA NO
PANTANAL DO SÉCULO XVI**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Jorge Eremites de Oliveira (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Thiago Leandro Vieira Cavalcante (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

Neimar Machado de Sousa (Dr., UFGD) _____

4º Examinador:

Prostasio Paulo Langer (Dr., UFGD) _____

Dedico essa pesquisa a Deus, à minha família e amigos, ao professor Antônio Jacó Brand (*in memoriam*) e às etnias indígenas de toda a História da América.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é tarefa tão importante quanto ingrata, pois, ao mesmo tempo que não se consegue concluir um mestrado sozinho, é iminente o risco de esquecimento de pessoas que foram importantes nesse processo. Os agradecimentos serão pontuais, portanto, já me desculpo por possíveis esquecimentos, e caso não se sinta contemplado no texto, saberá em sua consciência que fez parte dessa história.

Sou totalmente grato a Deus, que me guia e me inspira, por me acompanhar na trilha tão exigente do mestrado.

Meus sinceros agradecimentos à toda minha família, minha mãe Aurea Domingues, meus avós Juvercina Maria dos Santos Domingues e Pedro Antônio Domingues, minha tia Iraci Domingues Vioto e meu pai José Magno Macedo Brasil, que de modo benevolente e paciente me acompanharam ao longo do mestrado.

Enormemente grato aos amigos e amigas que estiveram ao meu lado compartilhando experiências. À turma de 2013 do PPGH/UFGD. Aos companheiros de estudo e convivência em Dourados, Alisson Pereira, Djovane Roos, Greciane Oliveira, Joel Silveira e Saulo Fernandes.

À Karina de Almeida Quintana, pelo apoio fundamental em momentos decisivos da minha jornada.

Agradeço ao corpo docente do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, pelo auxílio e paciência no processo do meu desenvolvimento intelectual.

Ao amigo e professor Dr. Jorge Eremites de Oliveira, pelas muitas orientações e incentivo na construção do conhecimento dessa dissertação.

Ao Museu Etnográfico Andrés Barbero e Adelina Pusineri pela bibliografia disponibilizada e o incentivo prestado.

Meus sinceros agradecimentos.

“A história está onipresente”.
(Manuela Carneiro da Cunha)

RESUMO

A presente dissertação analisa as expedições de conquista que incidiram sobre os povos indígenas do Pantanal do século XVI. O objetivo principal constitui em utilizar a etno-história para compreender aspectos do processo de conquista dos povos indígenas que ocuparam o Pantanal em tempos coloniais, região localizada no centro da América do Sul, na bacia hidrográfica do alto curso do rio Paraguai, área atualmente compreendida entre o Noroeste de Mato Grosso do Sul, Sudoeste de Mato Grosso, Nordeste do Paraguai e Leste da Bolívia. Para alcançar tal objetivo, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, contido, sobretudo, em fontes primárias e secundárias. Dessa maneira, a pesquisa busca analisar o contexto em que se encontravam os grupos étnicos do Pantanal no século XVI, e quais os impactos causados sobre os povos indígenas após o início do processo de conquista ibérica. A pesquisa, portanto, está baseada em uma constituição do estado da arte, análise do contexto étnico do Pantanal de tempos coloniais e investigação sobre os impactos dessas expedições sobre os povos indígenas que ali viviam no século XVI.

PALAVRAS-CHAVE: Etno-história; História Indígena; Pantanal.

ABSTRACT

This dissertation makes analysis about the conquest expeditions that involves the indigenous people of the Pantanal, in the XVI century. The main intent of this paper is enjoy the ethno-history to understand some aspects of the conquest process of the indigenous people that were on Pantanal in colonial epoch, localized in the center of South America, watershed upper reaches of Paraguay River, currently northwest on Mato Grosso do Sul, south-west of Mato Grosso, northeastern of Paraguay and east of Bolivia. To reach this purpose, it was held bibliographical searches about the subject in primary and secondary sources. Therefore, the research intends to analyze the context where were found the indigenous people after the start of the Iberian conquest process. Thus, the research is based on theoretic constitution, review of the ethnical context on Pantanal in colonial epoch and investigation about the effects of expeditions over the indigenous people who lived there in the XVI century.

KEYWORDS: Ethnohistory; Indigenous History; Pantanal.

RESUMEN

Esta tesis analiza las expediciones de conquista que se centraron en los pueblos indígenas del Pantanal del siglo XVI. El objetivo principal es utilizar el etnohistoria para entender aspectos del proceso de conquista de los pueblos indígenas que ocuparon el Pantanal en la época colonial, región situado en el centro de América del Sur, en la cuenca de la parte alta de la zona del río Paraguay, actualmente entendida entre el noroeste de Mato Grosso do Sul, suroeste de Mato Grosso, noreste de Paraguay y este de Bolivia. Para lograr este objetivo, se llevó a cabo una revisión de la literatura sobre el tema, contenida principalmente en fuentes primarias y secundarias. Así, la investigación busca analizar el contexto en que se encontraban los grupos étnicos del Pantanal en el siglo XVI, y los impactos sobre los pueblos indígenas después del inicio del proceso de la conquista ibérica. La investigación, por lo tanto, se basa en una constitución del estado de la técnica, el análisis de los antecedentes étnicos del Pantanal de la época colonial y la investigación sobre los impactos de estas expediciones en los pueblos indígenas que vivieron en el siglo XVI.

PALABRAS CLAVE: Etnohistoria; Historia Indígena; Pantanal.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Mapa localizando o Pantanal matogrossense e suas sub-regiões ou pantanais. | 26 |
| Figura 2 – Os Xarayes em Figura de Levinus Hulsius para a Edição de Obra de Schmidel de 1599..... | 35 |
| Figura 3 - Mapa Localizando o Puerto de los Reyes e as Zonas do Chaco..... | 38 |
| Figura 4 - Rotas Expedicionárias Percorridas Pelos Espanhóis Entre Assunção E Santa Cruz La Vieja, Na Chiquitania, Com A Localização Dos Portos Instalados No Século XVI (Puerto De La Candelaria, Puerto De Los Reyes E Puerto De Los Perabazanes)..... | 87 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – Povos Indígenas no Alto Paraguai no Século XVI..... | 55 |
|-----------------------------------------------------------------------|----|

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Lista de Figuras | 11 |
| Lista de Tabelas | 12 |
| Introdução | 14 |
| Capítulo 1 | |
| UMA HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS PRÉ-COLONIAIS DO PANTANAL | 24 |
| 1.1. Considerações Iniciais | 24 |
| 1.2. O Início do Povoamento | 27 |
| 1.3. A Intensificação da Ocupação Indígena | 28 |
| 1.4. Povos Indígenas as Vésperas do Contato com os Europeus | 31 |
| 1.5. Considerações Finais | 32 |
| Capítulo 2 | |
| SOCIODIVERSIDADE ÉTNICA, LINGUÍSTICA, E CULTURAL ENTRE OS POVOS INDÍGENAS NO PANTANAL DO SÉCULO XVI | 34 |
| 2.1. Considerações Iniciais | 34 |
| 2.2. Família Arawak | 35 |
| 2.3. Família Guaikuru | 41 |
| 2.4. Família Tupi-Guarani | 45 |
| 2.5. Família Zamuco | 48 |
| 2.6. Tronco Macro-Jê | 49 |
| 2.6.1. Família Jê | 49 |
| 2.6.2. Família Guató | 50 |
| 2.7. Considerações Finais | 55 |
| Capítulo 3 | |
| EXPEDIÇÕES E TENTATIVAS DE CONQUISTA IBÉRICA DA REGIÃO DO PANTANAL NO SÉCULO XVI | 58 |
| 3.1. Considerações Iniciais | 58 |
| 3.2. As Expedições | 60 |
| 3.2.1. As Primeiras Expedições | 63 |
| 3.2.2. O Relato de Ulrico Schmidel | 67 |
| 3.2.3. O Relato de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca | 74 |
| 3.2.4. Outras Expedições | 82 |
| 3.3. <i>Encomiendas, Encomienderos</i> e Santiago de Xerez | 83 |
| 3.4. Considerações Finais | 88 |
| Conclusão | 90 |
| Fontes e Referências Bibliográficas | 93 |

INTRODUÇÃO

A história, efetivamente, não procede das partes até o todo: ela não se constrói pela reunião dos elementos, chamados fatos, a serem explicados em uma fase subsequente, a exemplo do pedreiro que constrói um muro com tijolos; tão pouco, ela articula explicações à semelhança das pérolas enfiadas em um colar. Os fatos e as explicações nunca são dados ao historiador, isolados, separados, como se tratasse de átomos. A matéria histórica nunca se apresenta como uma sequência de pedrinhas distintas, mas antes como uma espécie de massa, de matéria heterogênea e, à partida, confusa. Nada de surpreendente se, ao fazer história, os especialistas da lógica fracassam quando se limitam a articular logicamente causas e efeitos, em sentido estrito: eles se questionam sobre a existência de uma relação de causalidade entre coisas que não existem, pelo menos não como átomos individualizáveis (PROST, 2012, p. 212).

Todo trabalho acadêmico está inserido em um amplo contexto, uma complexa gama de possibilidades que levaram o pesquisador a trabalhar com o tema proposto. Compreender, portanto, o caminho acadêmico percorrido pelo pesquisador de uma dissertação de mestrado, por exemplo, é fundamental para se compreender o próprio trabalho.

No ano de 2009 iniciei minha trajetória acadêmica no curso de Licenciatura em História da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, como bolsista integral do Programa Universidade para Todos (PROUNI) do governo federal, por ter cursado todo o ensino médio em escola pública. O fato de já possuir bolsa, e da instituição ter a formação em História voltada para a educação, me afastou do campo da pesquisa por cinco dos sete semestres em que o curso é dividido. Somente quando surgiu a minha preocupação em escrever o trabalho de conclusão de curso, no caso a Monografia, é que passei a atentar para tal situação.

Apesar de não ter realizado estágio no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI/UCDB), importante órgão incentivador e executor de pesquisas sobre os povos indígenas no Mato Grosso do Sul, nesse momento, indubitavelmente, pesou na escolha

do meu tema as aulas ministradas pelos professores Neimar Machado de Souza e Antonio Brand (*In Memoriam*), nas disciplinas de História Indígena no Brasil e História da América I e II, respectivamente. Depois de inúmeras conversas o professor Neimar Machado de Souza aceitou ser meu orientador na graduação, surgindo a ideia de escrever um trabalho teórico sobre a Etno-história, um assunto que desde a década de 1990 está em destaque nas discussões sobre a História Indígena no Brasil.

Disso resultou minha Monografia intitulada “Etno-história e a Negação Ontológica da Diferença” (BRASIL, 2012), onde realizo uma incipiente investigação bibliográfica acerca da Etno-história e as implicações de seu uso. Nesse momento, já percebia a Etno-história como uma disciplina acadêmica e uma prática metodológica, como apontado em Trigger (1982), porém me restringia ao campo teórico.

Após o término da graduação, procurei entender empiricamente a Etno-história, propondo no mestrado uma discussão acerca do uso de seus conceitos. Prestei a seleção no ano de 2012 do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde fui aprovado na Linha da Pesquisa em História Indígena. O orientador designado para o meu trabalho foi Jorge Eremites de Oliveira, historiador, arqueólogo e antropólogo social com importantes discussões sobre a Etno-história (ver EREMITES DE OLIVEIRA 1996a, 2002, 2012).

Com uma pequena alteração no projeto original, decidi em consenso mútuo com o orientador, trabalhar os povos indígenas que ocuparam no século XVI a área conhecida hoje como Pantanal, em uma perspectiva etno-histórica já proposta pelo autor em outros trabalhos, conforme citado anteriormente.

A pertinência da pesquisa consiste no fato de serem incipientes as abordagens acerca da história indígena no Pantanal dos primeiros tempos coloniais, principalmente as realizadas na língua portuguesa. O século XVI é posto aqui como referência, visto que já há alguma considerável literatura sobre os povos indígenas do Pantanal do século XVII em diante, sobretudo com a chegada dos jesuítas, importante fator na constituição de narrativa histórica (ver EREMITES DE OLIVEIRA 2002, 2014a).

Dessa maneira, é indispensável que o conhecimento sobre a história regional requeira a compreensão de “uma História Indígena total em seus múltiplos aspectos e perspectivas

espaço-temporais” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 37). É fundamental, portanto, compreender a história dos povos indígenas do Pantanal no século XVI, buscando contribuir no preenchimento do mosaico historiográfico regional, nacional e continental. Contudo, “é preciso ter clareza que revisão alguma pode ter a pretensão de ser completa e apresentar respostas cabais a todos os questionamentos possíveis e imagináveis sobre diversos aspectos da pré-história e da História Indígena da região” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 39). Busco aqui apenas contribuir numa discussão necessária e pertinente, tendo como referência uma perspectiva histórica muitas vezes preterida ou negada.

Sendo assim, partilho da compreensão de Jorge Eremites de Oliveira, entendendo que
a

Etno-história não deve ser reduzida à noção de uma história anacrônica, exótica, *emic* e essencialista dos povos indígenas, tampouco percebida como uma proposta restrita aos povos indígenas outrora estudados quase que exclusivamente por etnólogos. Deve ser compreendida para muito mais além, inclusive como uma perspectiva metodológica interdisciplinar – ou disciplina híbrida como alguns defendem - que tem por objetivo estudar a história e a cultura de povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 191).

Cabe aqui uma consideração. Proponho no trabalho a grafia de Etno-história utilizando a letra *h* e com hífen, atendendo assim as regras da língua portuguesa, em consonância com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado pelo Brasil em 2009¹.

Voltando à discussão sobre a Etno-história enquanto proposta metodológica para a pesquisa dos povos indígenas do Pantanal do século XVI, considero importante realizar uma análise referente ao surgimento e ao desenvolvimento do seu conceito. Como a maioria das

¹ “A palavra Etnoistória é um neologismo científico e um substantivo feminino [de etn(o)- + história], na qual o vocábulo etno, radical grego (éthnos) que significa “raça”, “nação” ou “povo”, funciona como o primeiro elemento de composição da palavra. Por isso tenho optado por grafá-la sem o uso de hífen (Etnoistória), tal qual foi proposto no Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa (A. Ferreira 1999:849), ou seja, eliminar o *h* quando se trata de elementos de composição e manter o hífen quando se trata de prefixos. Há, contudo, possibilidade de grafá-la com hífen (Etno-história) desde que mantendo a letra *h*. As duas formas de grafia são possíveis e corretas. O errado, porém, é grafá-la como Etnohistória (com *h* e sem hífen), igual como é feito em castelhano” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 33).

discussões em torno do Etno-história tem como ponto de partida o que conhecemos por História Indígena, penso que é apropriado realizar uma primeira investigação nesse sentido.

Podemos então observar que a História Indígena, conforme está configurada hoje, insurgiu no Brasil a partir da década de 1980. Com a produção de vários trabalhos acerca dessa temática, como *História dos Índios no Brasil*, obra organizada por Manuela Carneiro da Cunha (1992), e *Negros da Terra*, de John Manuel Monteiro (1994), contamos hoje com uma heterogênea literatura sobre os povos indígenas no Brasil.

É certo que tal movimento não surgiu de uma hora para outra, e que também não se encerraram as discussões acerca da temática, pelo contrário, nos encontramos em meio a um turbilhão de produções e de pesquisas sob a bandeira da História Indígena.

A Etno-história tem papel essencial nesse processo, se configurando tanto como metodologia, quanto como disciplina acadêmica. Com sua crescente utilização “é interessante observar que está em curso um processo de recuperação da tradição oral não apenas nas sociedades sem escrita, mas até mesmo naquelas que têm uma longa e forte tradição literária, derrubando os preconceitos sobre sua credibilidade” (FREIRE, 2007, p. 39).

Devemos observar que “ao que se tem conhecimento, o surgimento da etno-história, cuja palavra foi gravada originalmente em inglês como *ethnohistory*, se deu nos Estados Unidos, a partir da primeira metade do século XX, com os estudos de Clarck Wissler (1909)” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 192). Seu desenvolvimento deu-se principalmente nos Estados Unidos, onde a partir da década de 1950 teve o surgimento da Sociedade Americana de Etno-história (*American Society for Ethnohistory*) e do periódico *Ethnohistory*.

Sua prática desde então é desenvolvida por pesquisadores tanto da história, quanto da antropologia, nas Américas, parte da África e Austrália, lugares onde houve contato entre a cultura europeia e culturas e sociedades sem a escrita como saber institucionalizado. Na Europa não podemos tratar de Etno-história, pois o que se desenvolve no continente é o estudo do “Folklore”, que se diferencia da abordagem etno-histórica por estudar as tradições da própria sociedade ocidental antes do advento do capitalismo.

É importante nesse sentido observar que

Na etno-história inaugurada nos Estados Unidos, sob a influência do modelo *four fields*, a noção de documento, por exemplo, passou a ser ampliada e teve uma dimensão prática para além das fontes escritas oficiais. Interessante notar que isso se deu bem antes dos *Annales*, movimento iniciado em fins dos anos 1920, principalmente na França. Esta observação se faz necessária porque no Brasil alguns historiadores tendem a pensar que a historiografia mundial gira unicamente em torno da historiografia francesa, postura esta que pode ser criticada como reducionista e, de certo modo, colonizada (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 193).

No Brasil, a Etno-história vem ganhando cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas, principalmente a partir da década de 1990, momento em que a História Indígena passou a viver um novo momento no país. Encontramo-nos então numa situação de várias discussões e de diferentes compreensões conceituais acerca da Etno-história. Sobre essa discussão podemos considerar que

Até os anos 1970, os índios, supunha-se, não tinham nem futuro, nem passado. Vaticinava-se o fim dos últimos grupos indígenas, deplorava-se sua assimilação irreversível e a sua extinção tida por inelutável diante do capital que se expandia nas fronteiras do país. A ausência de passado, por sua vez, era corroborada por uma dupla reticência, de historiadores e de antropólogos. A reticência dos historiadores era metodológica, e a dos antropólogos, teórica (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 125).

Contudo, se houve um momento chave que possibilitou a existência da história indígena no Brasil, foi o que convergiu com as comemorações dos 500 anos do “descobrimento” da América em 1992, ano em que foi lançado a já comentada obra *História dos Índios no Brasil*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha, além do também já comentado livro *Negros da Terra*, de John Manuel Monteiro, em 1994, importantes marcos da história indígena.

No início dos anos 2000 o Brasil já contava com outras importantes publicações a respeito dos povos indígenas, com cursos de pós-graduação em história indígena, além da realização de simpósios temáticos nos encontros nacionais da Associação Nacional de História (ANPUH). Com isso podemos “apontar o ano de 1992 como um marco

historiográfico importante para os estudos a respeito da história dos povos indígenas do país” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 189).

Como assinala Jorge Eremites de Oliveira (2012, p. 207) “a preocupação com a história indígena no tempo presente chama a atenção, inevitavelmente, para as interfaces mantidas entre a história e a antropologia”. Sendo assim, torna-se importante a produção de conhecimento acerca da história dos povos indígenas, tanto pretérita, quanto atual, perpassada por uma relação interdisciplinar, constituindo-se necessária na superação de violências e garantia de direitos para esses povos. A perspectiva etno-histórica converge com a História Indígena dessa maneira.

Apesar de não se situar no centro da discussão sobre a História Indígena no Brasil, ou seja, estar na “periferia” do conhecimento, podemos vislumbrar a constituição de uma historiografia indígena também em localidades como Manaus, Campina Grande, além da produção de dissertações sobre o tema na pioneira linha de pesquisa em História Indígena, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A saber:

No período de 2001 a 2011, apenas para exemplificar, 45 dissertações de mestrado versaram sobre a temática indígena no PPGH/UFGD, sendo que os resumos das monografias defendidas até 2006 e em 2009 foram publicados em trabalhos organizados anteriormente (EREMITES DE OLIVEIRA, 2004b; SILVA, 2007; CHAMORRO, 2009) (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 203).

Dentro de toda essa perspectiva, a Etno-história destoa do âmbito da História Indígena. Dessa maneira, há quem entenda a Etno-história enquanto disciplina academicamente situada, independente, podendo ser oferecida até mesmo como curso de graduação, algo parecido com o que é praticado no México. A esse respeito Cavalcante (2011) nos esclarece que

Num primeiro momento pensou-se ser possível definir a etno-história como uma disciplina independente, mas logo se chegou à conclusão de que isso não era uma boa alternativa. Sobre a problemática da definição acerca do que é etno-história, o ensaio de Bruce Trigger (1982), já no início dos anos

1980, dava esse assunto quase que por superado, ao menos nos Estados Unidos. No Brasil, conforme Jorge Eremites de Oliveira (2003) ainda há certa confusão e, de fato, mesmo já quase uma década depois da publicação do artigo deste autor, ainda é comum encontrar alguma confusão e, às vezes, ensaio de querela em torno dos usos do conceito (CAVALCANTE, 2011, p. 353).

Entendo, particularmente, que a Etno-história poderia render bons frutos se trabalhada como disciplina acadêmica. Porém, entendo também que para que tal situação signifique um avanço, devemos avançar na discussão existente em torno da Etno-história.

Outro entendimento possível em relação ao conceito etno-histórico gira em torno do que se compreende por “História Indígena Êmica”, ou seja, “uma visão que define a Etno-história como a compreensão ou a representação que os povos indígenas fazem sobre a sua própria história ou sobre as suas categorias de tempo, a rigor sobre suas historicidades” (CAVALCANTE, 2011, p. 355). A respeito disso, penso ser mais apropriado pensar em uma classificação mais aproximada de “História Indígena Êmica” do que Etno-história para tal perspectiva, visto que

Essa abordagem não pode desconsiderar o ambiente colonial no qual as representações indígenas estão sendo produzidas. A desconsideração desse contexto leva inevitavelmente à construção de representações essencialistas dos grupos indígenas e de suas culturas, tais representações são inaceitáveis no estágio atual das pesquisas (CAVALCANTE, 2011, p. 356).

Há ainda “uma nova acepção para o conceito de etno-história como a história indígena escrita por indígenas, ou seja, uma etnociência”, resultado do aumento do número de indígenas no Ensino Superior, indo muito ao encontro do que fora discutido acima. Por ser um fenômeno ainda mais recente, creio que discussões acerca do entendimento sejam primordiais, a respeito, por exemplo, da forma de avaliação ocidental a que o pesquisador indígena está submetido, e até mesmo sobre os moldes da academia brasileira. Compreendo, todavia, que o manuseio de novos conceitos seja mais apropriado para a situação.

Apesar do conceito sobre a Etno-história não ser uníssono na academia, é considerado válido o seu entendimento enquanto metodologia para a pesquisa sobre a História Indígena. Nesse sentido, vale destacar que

O método etno-histórico oferece ferramentas eficazes para o manejo de diferentes categorias de fontes. Não obstante, cabe destacar que as fontes de origem indígena (orais, materiais, visuais, escritas ou audiovisuais) têm muita importância para uma abordagem que vise devolver ao indígena o papel de protagonista de sua história (CAVALCANTE, 2011:367).

Para o aprimoramento do conhecimento etno-histórico, cada vez mais se faz necessário partilhar, além da história e da antropologia, da arqueologia, pois, é por meio dessa última ciência que se pode conhecer a pré-história dos índios americanos, que por muito tempo se julgou indigna de partilhar dos estudos etnográficos e etno-históricos, mas que hoje é vislumbrada como parte fundamental de um todo, indispensável para entender a história indígena americana.

Entretanto, “no âmbito da academia brasileira, as discussões em torno das fronteiras entre antropologia e história ainda não incorporaram devidamente os aportes da arqueologia, principalmente no que se refere ao estudo de uma história indígena total e contínua” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 194).

Dentre as contribuições que podemos atribuir à Arqueologia, estão “muitos aspectos cruciais do comportamento humano. Isto inclui demografia, padrões de ocupação e habitação, troca, organização política e comportamento ritual, tanto quanto cultura material” (TRIGGER, 1982, p. 16). Para se compreender o processo de “conquista” e colonização da América, é necessário considerar a história dos índios americanos, pois ambas estão relacionadas.

É importante ainda ressaltar “mais que um mero discurso acadêmico, para a história indígena, sobretudo se praticada nos centros tido como “periféricos”, a interdisciplinaridade se apresenta como condição *sine qua non* e como uma excelente oportunidade para a prática da pesquisa” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 196).

Essa breve análise acerca da História Indígena e Etno-história não tem qualquer pretensão de encerrar as discussões sobre o assunto, não obstante, realizar debates teóricos e pertinentes é o único caminho na busca de soluções para os problemas que ainda existem.

Entendido que a metodologia etno-histórica é a mais adequada para a pesquisa em desenvolvimento, podemos caminhar para compreender de que modo se organiza a dissertação. Como já apontado anteriormente, para a execução da pesquisa, foi realizada uma

exaustiva consulta nas fontes documentais disponíveis sobre os povos indígenas do Pantanal no século XVI.

Dividida em três capítulos, num primeiro momento buscou-se analisar trabalhos que ajudam a compreender a pré-história dos povos indígenas do Pantanal, pois não se pode entender a constituição étnica da região no século XVI desconexa de um contexto mais amplo. Nesse sentido, foi realizada a leitura da arqueo-istoriografia sobre o Pantanal contida nas obras de Jorge Eremites de Oliveira (1995, 1996, 2002, 2012, 2014), Jorge Eremites de Oliveira & E. Viana (2000), José Luis dos S. Peixoto (1995, 1998, 2009), Maria Clara Migliacio (2000a), Pedro Ignacio Schmitz (1997).

A própria compreensão sobre os povos indígenas do Pantanal no século XVI, passa pela problematização do entendimento feito sobre a região, visto que o termo Pantanal foi criado muito recentemente para designar a porção brasileira do Chaco, ou Gran Chaco (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002; COSTA, 1999).

Já no segundo capítulo, buscou-se realizar um levantamento dos povos indígenas ocupantes do Pantanal no século XVI às vésperas do contato com os europeus, utilizando como referência suas identificações linguísticas. A esse respeito, a literatura etno-histórica disponível é, sobretudo, composta por trabalhos na língua espanhola, sendo que os de Branislava Susnik (1978, 1979-1980), Isabelle Combès (2010), F. Azara (1962) e Alfred Métraux (1944) são os principais e constituem a base dessa parte do trabalho. Alguns estudos pontuais em língua portuguesa também são importantes nesse aspecto, os principais sendo os de Jorge Eremites de Oliveira (1996a, 2002), Silvia M. S. Carvalho (1992), Maria de Fátima Costa (1999), e Maria Clara Migliacio (2000a).

Passando para o terceiro capítulo, este é composto, sobretudo, pela análise das obras dos cronistas espanhóis que cruzaram o Pantanal no século XVI, sendo elas as de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1555, 1987) e Ulrico Schmidl (1903, 1986). Tais obras podem ser consideradas as fontes primárias, e resultam dos relatos feitos por esses “conquistadores” europeus, os primeiros que chegaram à região do Pantanal em busca de metais preciosos e consequentemente os primeiros que descreveram os indígenas da região sob sua ótica.

Realizar uma investigação de tais obras, com aparatos interdisciplinares, além de ser uma perspectiva nova e fecunda, propicia novas compreensões sobre os povos indígenas do Pantanal que mantiveram contatos com os europeus no século XVI, visto que tal fato é

causador de inúmeras modificações e descontinuidades históricas. Torna-se possível com tal análise, confeccionar um mapa étnico do Pantanal do século XVI, caminhando ainda mais na elucidação de problemas e na configuração de uma história regional que englobe os povos indígenas, além de propiciar ótima ferramenta didática a outros historiadores.

Tal dimensão da história dos povos indígenas, do Brasil inclusive, apesar dos avanços já demonstrados anteriormente, continua encoberta por um véu que já começou a ser retirado com pesquisas recentes. Realizar tal estudo, buscando ajudar na compreensão do saber histórico sobre os povos indígenas, ou na busca por uma “História Indígena Total”, não consiste necessariamente em êxito imediato, e talvez nem futuro. Ainda assim, tal dimensão não pode ser posta à parte de uma história que deve ser conhecida por todos.

Para finalizar essa pequena introdução, gostaria apenas de reforçar que tal pesquisa é apenas mais um passo na direção de uma História Indígena regional. Não se pretende aqui finalizar as discussões acerca da temática, pelo contrário, espera-se que outras indagações e novos pesquisadores possam se debruçar futuramente sobre os povos indígenas do Pantanal do século XVI, XVII, XVIII, e assim por diante.

UMA HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS PRÉ-COLONIAIS DO PANTANAL

Em primeiro lugar, não se pode pensar em Pantanal unicamente a partir de um recorte político-territorial recente, como se desde sempre a região estivesse compreendida por um único estado brasileiro ou limitada ao território nacional. Faz-se mister, com efeito, que o Pantanal seja percebido em sua totalidade ambiental e sociocultural, com vistas a ser decodificado a partir de uma verdadeira regionalização, pressuposto crucial para a compreensão do povoamento indígena pré-histórico e colonial daquela porção central da América do Sul (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 39).

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como primeiro passo para entender a etno-história dos povos indígenas no Pantanal do século XVI, realizaremos algumas considerações, visando a desconstruir certas imagens cristalizadas a respeito da região e propriamente dos povos indígenas que a ocuparam.

A região conhecida hoje como Pantanal é uma grande planície sedimentar alagável, “*grosso modo* situada entre os paralelos de 16°45’ a 22°15’S e os meridianos de 54°45’ a 58°00’W” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 162) (Figura 1). Essa região corresponde ao Alto Rio Paraguai, que durante o período colonial foi representado na cartografia ocidental como *Laguna de los Xarayes*.

O termo *Laguna de los Xarayes* significa um “apelativo Guaraní a um povo indígena que na época habitava, também, uma das grandes lagoas existentes na parte setentrional do Pantanal, possivelmente a Gaíva ou a Uberaba” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 158-159). Portanto, a representação do Pantanal no século XVI refere-se à localização de um povo indígena² que ocupava uma grande lagoa na região pantaneira, e não uma denominação regional, como significa Pantanal hoje.

Devemos observar que

² A Etno-história do povo Xaray será abordada no segundo capítulo do trabalho.

Bajo el término “Alto Paraguay” entiéndese el área históricamente conocida desde el antiguo puerto de Candelaria³, fundado por Juan de Ayolas, pasando por el Pto. de Itatí – lugar de convocatorias itatines y de entradas de los expedicionarios asunceños, siguiendo luego hacia la desembocadura del R. Jaurú y hasta las nacientes del R. Paraguay; se destaca la entrada más norteña realizada por Hernando de Rivera bajo las órdenes de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca⁴ (SUSNIK, 1978, p. 10).

A maior área pantaneira é localizada, no Brasil, entre o Noroeste do estado de Mato Grosso do Sul e Sudoeste do estado de Mato Grosso, sendo assim denominado Pantanal Matogrossense, mas também abrange o Sul da Bolívia e o Oeste do Paraguai.

Contudo, o Pantanal possui um estreito prolongamento com a região conhecida como Gran Chaco, que “também é uma grande planície aluvial de baixa declividade, porém aparentemente mais quente e árida se comparada com a do Pantanal, possuindo, por conseguinte, um período de estiagem (seca) mais pronunciado” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 163). O Gran Chaco se situa, grosso modo, ao “sul da Bolívia, oeste do Paraguai, norte da Argentina e ainda numa pequenina parte do oeste do Brasil. Fica entre a margem direita dos rios Paraná e Paraguai, de um lado, e o sopé dos Andes, de outro” (MELATTI, 2011, p. 1).

É interessante observar que “um prolongamento desse nível, também mantido através de vias fluviais como a do rio Paraguai, explica, ao menos em parte, os intensos contatos registrados entre povos indígenas das duas regiões durante os três primeiros séculos da Conquista Ibérica” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 163).

O ambiente pantaneiro passou por uma profunda modificação, conforme indicam estudos, entre os períodos conhecidos como holoceno e *Optimum Climaticum*, que correspondem a uma variação de 11.000 a 5.000 anos AP. Podemos considerar que

A partir do holoceno, o clima pantaneiro passou a ser mais quente e úmido em comparação com o clima mais seco e frio que predominara anteriormente. Pouco a pouco foi aparecendo uma expressiva

³ Porto fundado por espanhóis as margens do Rio Paraguai no século XVI. acima de Assunção, no qual realizavam entradas no Alto Paraguai, além de servir como referência para os espanhóis (grifo nosso).

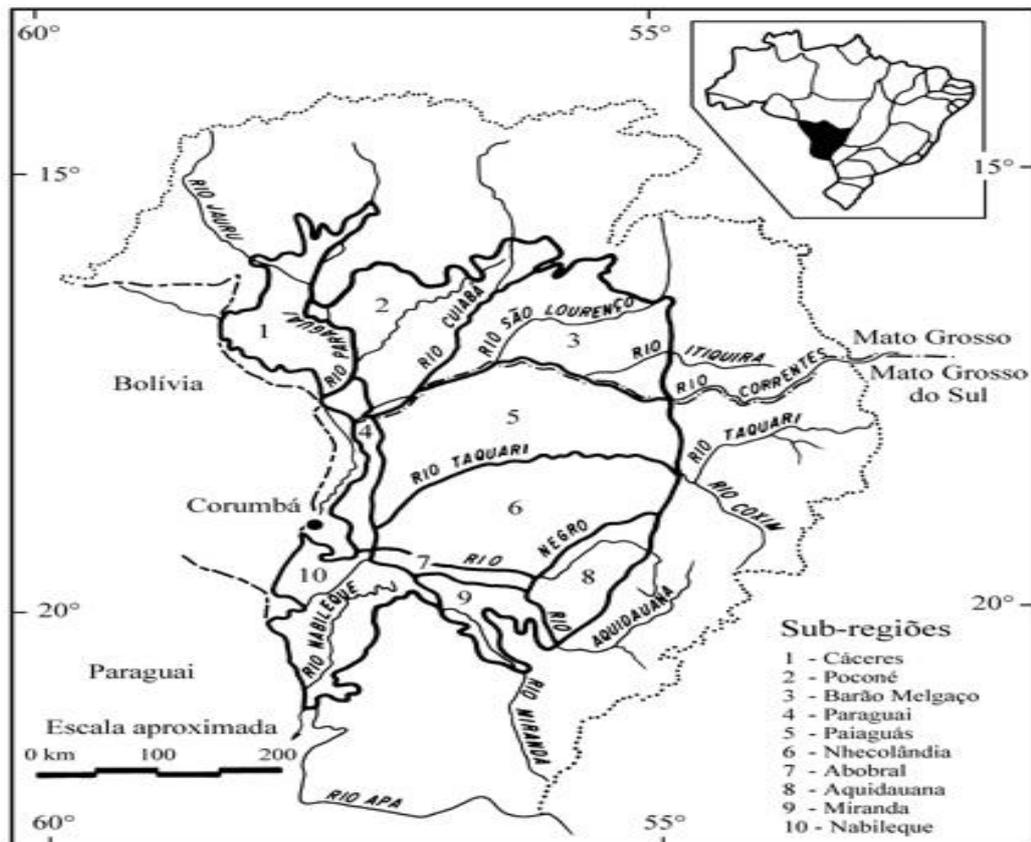
⁴ Retomaremos essa entrada dos espanhóis no Alto Paraguai no terceiro capítulo.

biodiversidade, com várias espécies de plantas e animais, a grande maioria proveniente de biomas vizinhos, como o Cerrado e a Amazônia. A região passou ainda a contar com uma sazonalidade marcante, caracterizada por episódios anuais de cheia e seca, chamada de pulso de inundação (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a, p. 21).

Essa modificação do ambiente, que multiplicou as variedades faunísticas e florísticas do Pantanal, propiciou que “entre 8,4 e 8,1 mil anos atrás, um grupo de pescadores-caçadores-coletores” se estabelecessem “à margem direita do rio Paraguai, precisamente na escarpa calcária sobre a qual foi fundada, na segunda metade do século XVIII, a cidade sul-mato-grossense de Ladário” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a, p. 22).

Podemos assinalar esse período como o marco do início do povoamento da região, o que abordaremos na sequência do capítulo.

FIGURA 1: MAPA LOCALIZANDO O PANTANAL MATOGROSSENSE E SUAS SUB-REGIÕES OU PANTANAIS.



FONTE: SILVA, MARTA PEREIRA DA; MAURO, RODINEY; MOURAO, GUILHERME & COUTINHO, MARCOS, 2000.

1.2 O INÍCIO DO POVOAMENTO

Podemos considerar, portanto, que o início do povoamento indígena no Pantanal acontece após a modificação ambiental ocorrida entre o pleistoceno e o holoceno (11.000 a 10.000 anos AP) que propicia a diversificação da fauna e da flora, permitindo o estabelecimento de povos pescadores-caçadores-coletores⁵ na região, principalmente nas margens de rios, lagos e lagoas.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região, sobretudo no âmbito do *Projeto Corumbá*, tributário por sua vez do Projeto Arqueológico de Mato Grosso do Sul, corroboram nesse entendimento do início do povoamento no Pantanal, sendo que o sítio mais antigo está localizado na cidade de Ladário e é datado de 8,4 mil anos atrás, como demonstrado anteriormente.

Os primeiros habitantes do Pantanal teriam como seus ancestrais os humanos que cruzaram o estreito de Bering da Ásia para a América, entre 20 e 12 mil anos atrás, época da última glaciação ocorrida no planeta. Devemos considerar, contudo, que “a essas antigas populações não é possível atribuir o nome de qualquer povo indígena conhecido historicamente, embora seja possível fazer certas distinções, como a de seus padrões “tecnológicos”” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a, p. 22).

A ocupação do Pantanal pelos primeiros habitantes tem características próprias e diferencia-se no processo. As pesquisas arqueológicas indicam que

Nas etapas iniciais do povoamento, as ocupações se distribuem mais densamente nas áreas inundáveis (175 sítios), o qual representa uma adaptação característica orientada ao aproveitamento dos recursos lacustres. Pelo contrário, os assentamentos na borda da selva do altiplano não são muito numerosos, pois constituem o resultado de uma adaptação, posterior e diferente, ao monte com solos aptos para os cultivos tropicais (SCHMITZ, 1997c, p. 37).

Temos assim, ao menos, duas dinâmicas diferentes de ocupação do Pantanal por seus primeiros habitantes. Uma primária, que se liga à ocupação na beira de rios, lagos e lagoas, e

⁵ Conceito forjado por Susnik (1978) e desenvolvido por Eremites de Oliveira (2002), que incrementa o adjetivo “pescadores” ao termo “caçadores-coletores”, já tradicional na arqueologia, como forma de demonstrar as estratégias de adaptação ao terreno pelos primeiros habitantes da região pantaneira.

outra, secundária, que corresponde à ocupação dos territórios próximos às matas. Essa diferença parece estar relacionada ao fato do ambiente Pantaneiro ainda passar por transformações no período correspondente, sendo que os principais recursos de subsistência estavam então localizados nos rios, lagos e lagoas.

Sobre essa questão, devemos ainda considerar que o período que corresponde

Entre 8,1 e 5 mil anos atrás, ainda são pouco conhecidos pelos arqueólogos. Essa lacuna de três milênios, a grosso modo, corresponde a um fenômeno conhecido como ótimo climático, quando as temperaturas quentes e a umidade regional atingiram seu ponto máximo após o fim da última glaciação (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a, p. 23).

Portanto, a partir de 5 mil anos atrás temos a intensificação da ocupação indígena no Pantanal. Passemos a essa investigação.

1.3 A INTENSIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO INDÍGENA

A ocupação indígena no Pantanal que, segundo pesquisas arqueológicas, começou aproximadamente a 8,4 mil anos atrás intensificou-se após o período conhecido como ótimo climático. Assim, as pesquisas apontam que

A partir de 5 ou 4,5 mil anos atrás houve a intensificação da ocupação indígena na região. Trata-se da presença de grupos que construíram muitas estruturas monticulares conhecidas na arqueologia como aterros, montículos, cerritos ou *mounds*. Paulatinamente, passaram a se organizar em comunidades maiores e mais complexas do ponto de vista socioeconômico e político, as tribos, contando com dezenas ou centenas de indivíduos. Nelas, a diferenciação social tendia a aumentar, bem como a concentração de poderes nas mãos de pessoas capazes de liderá-las (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a, p. 23).

Sobre os aterros, podemos considerar que

São verdadeiras obras de engenharia. Constituem elevações elípticas do terreno, totais ou parcialmente construídas pelos indígenas, em geral em forma subcircular. Em suas camadas arqueológicas aparecem restos de alimentação humana (conchas de caramujos, ossos de peixes etc.) e artefatos diversos (lâminas líticas de machado, pontas de flechas feitas de ossos, fragmentos de vasilhas cerâmicas etc.). Em alguns casos foram encontrados

esqueletos humanos nesses locais, cujos sepultamentos atestam uma diversidade em termos de práticas mortuárias. Nos campos de savana, os aterros apresentam-se como ilhas de vegetação. Sua construção requereu o uso de conhecimentos arquitetônicos complexos e a organização do trabalho social, além de fatores ideológicos, relações de poder e estratégias de territorialidade. Os últimos índios que construíram aterros no Pantanal foram os canoeiros guatós. Alguns de seus anciãos chegaram mesmo a morar em montículos desse tipo entre a primeira metade do século XX e a década de 1970 (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a, p. 24).

Assim, esses aterros, montículos, cerritos ou *mounds* encontrados no Pantanal podem ser resultado tanto da ação antrópica, quanto da formação natural do terreno. É interessante observar que um manejo ambiental desse tipo revela a complexidade de estratégias utilizadas pelos povos indígenas para se adaptarem ao ambiente, já em uma fase de intensificação da ocupação do Pantanal. As pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos aterros indicam que

Durante a temporada das inundações abundam os alimentos: os moluscos se multiplicam nos campos alagados, ao passo que os peixes abandonam as águas profundas dos rios e buscam as mais baixas de campo e lagoas. É, ademais, o ambiente natural de capivaras, jacarés e aves aquáticas. Quando se inicia a época de seca, os recursos se concentram nas lagoas temporárias, onde os peixes são capturados e aparecem milhares de jacarés. Porém uma vez que as águas baixam por completo, os montículos – agora no meio dos campos – têm pouco a oferecer. É necessário levantar acampamento antes que as canoas encahem, e buscar as margens de um rio, de um canal ou de uma lagoa permanente para passar o resto do ano até a próxima subida das águas (SCHMITZ, 1997c, p. 37).

Os montículos parecem configurar assim assentamentos temporários para as épocas de cheias, em que se tornava inviável permanecer nas margens dos rios. Torna-se necessário observar que “em geral, os montículos (“capões”) não estão ilhados: em alguns casos se dispõem ao redor de lagoas temporárias ou permanentes, ou bem se alinham ao largo das valas, canais e rios secundários” (SCHMITZ, 1997c, p. 37). Com essa observação, podemos considerar que os montículos faziam parte de um complexo sistema de domínio territorial dos povos indígenas que ocuparam preteritamente o Pantanal.

Observamos que do

Limiar do milênio anterior ao início da Era Cristã teve início a formação de um rico mosaico sociocultural nesta porção central da América do Sul. Foi constituído por povos canoeiros pescadores-caçadores-coletores que lá

estavam estabelecidos, além de povos agricultores de origem amazônica que migraram para a região. Entre os primeiros ocupantes houve a incorporação, anterior a 3 mil anos atrás, de elementos cerâmicos relacionados a distintos estilos tecnológicos e a diferentes etnias (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a, p. 24).

Esse pode ser considerado o período corresponde em que “o meio ambiente adquiriu as características atuais, seguido de um período de intensas chuvas e elevadas temperaturas” fazendo com que “os grupos que viviam da coleta de moluscos, da caça e da pesca, e que se deslocavam em canoas, instalaram acampamentos mais ou menos estáveis sobre os montículos dos rios secundários e na borda das lagoas” (SCHMITZ, 1997c, p. 38).

Esse “novo padrão tecnológico ceramista”

Está caracterizado pela fabricação de panelas, tigelas e moringas pequenas, feitas pela técnica da sobreposição de roletes de argila seguida da queima do vasilhame. Geralmente possuem capacidade volumétrica inferior a 4 litros. Eram utilizadas para produzir, armazenar e servir alimentos sólidos e líquidos por pequenas famílias pertencentes a uma comunidade maior, constituída por redes de relações sociais. Em alguns sítios foram encontrados cachimbos e rodela de fuso e artefato usado para fiar fibras vegetais, o que denota o cultivo ou o uso de plantas domesticadas, como o algodão e o fumo, entre grupos indígenas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a, p. 24).

Observamos assim a congruência da incorporação da cerâmica e da agricultura pelos povos indígenas do Pantanal há aproximadamente 3 mil anos. Isso não significa, contudo, que antes desse período os indígenas não produziam alimentos. Há indícios de cultivo da palmeira Acuri em diversos aterros, além da coleta de sementes de determinadas plantas, como o arroz silvestre.

Devemos pontuar também que o pensamento e as culturas indígenas da época não podem ser reduzidos a mera causalidade ou simplicidade, pois, “alguns estudos sugerem que os povos indígenas que ocuparam as diferentes planícies de inundação parecem ter uma organização social complexa” (PEIXOTO, 2009, p. 142). Consideremos que

A estratégia de implantação dos assentamentos pré-coloniais na paisagem parece ser um elemento comum entre os povos indígenas, que ocuparam a planície pantaneira. A fixação dos assentamentos é, preferencialmente, ao redor das grandes lagoas e ao longo de um intrincado sistema de canais fluviais, onde o deslocamento é facilitado pelo uso da canoa e pelo

conhecimento detalhado da hidrografia local, pois facilmente o navegante pode confundir-se entre as várias opções de canais fluviais, que para os grupos indígenas são caminhos que servem para seus deslocamentos. Evidentemente que um intrincado sistema de canais torna-se um fator de proteção contra invasões de grupos externos, seja por grupos indígenas rivais ou pelos portugueses e espanhóis (PEIXOTO, 2009, p. 142).

Serão essas características que irão formar o rico mosaico cultural existente no Pantanal na época das expedições europeias. Passemos a essa investigação.

1.4 POVOS INDÍGENAS AS VÉSPERAS DO CONTATO COM OS EUROPEUS

Comprendemos então que a ocupação indígena no Pantanal começou há aproximadamente 8,4 mil anos, tendo se intensificado de 5 a 4,5 mil anos aproximadamente. Há 3 mil anos os povos indígenas no Pantanal receberam a influência de populações indígenas oriundas da Amazônia, incorporando a cerâmica e a agricultura em suas culturas e formando um rico mosaico cultural, constituído às vésperas da chegada dos europeus na região.

Esses “povos oriundos da Amazônia, conhecidos no período colonial, seriam os antigos xaray ou xarayes e itatins” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a, p. 22). Os primeiros, como exposto anteriormente, cederam nome a uma localidade, a *Laguna de los Xarayes*, que durante boa parte do período colonial denominava o próprio Pantanal. O motivo para que isso tenha ocorrido, pode estar no fato de que os Xaray ou Xarayes “alcançaram um nível de certa complexidade em sua organização sociopolítica: o que os antropólogos denominam *chefatura* ou *senhorio*” (SCHMITZ, 1997c, p. 45).

Os Itatim correspondiam a povos do tronco linguístico Tupi-Guarani. Os povos filiados a esse tronco linguístico se deslocaram preteritamente pelas regiões do Pantanal, Chaco, chegando até os Pampas e no litoral brasileiro. Apesar de possuírem diferenças étnicas foram denominados genericamente como Guarani. Eles foram os primeiros e principais interlocutores dos europeus que cruzaram o Pantanal, por isso nomearam diversos povos e localidades, como os Xaray ou Xarayes.

Podemos também inferir que no momento anterior à chegada dos europeus no Pantanal

Muitos povos indígenas se estabeleceram na região. Nas terras altas (serras, morros isolados, terraços fluviais etc.), havia aldeias de povos

linguisticamente aruák e guarani. Nas terras baixas (áreas inundáveis), era marcante a presença de povos canoieiros, como os guató, os guasarapos e os payaguás, dentre outros. Nessa época, o Pantanal já era uma área de grande diversidade étnica e cultural, com dezenas de povos cultural e linguisticamente distintos, falantes de línguas vinculadas às famílias linguísticas aruák, guaikuru, guató, jê e zamuco (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a, p. 25).

Portanto, no Pantanal do século XV temos povos indígenas dos troncos linguísticos Arawak, Guaikuru, Tupi-Guarani, Zamuco e Macro-Jê, estabelecidos nas terras altas e baixas do Pantanal, em um complexo sistema de ocupação territorial e dinâmicas culturais.

Observamos assim que o Pantanal às vésperas da chegada dos europeus consistia em um “verdadeiro mosaico sociocultural no centro da América do Sul, área de intensos contatos interétnicos e zona ou rota de migrações”, sendo que “o conceito de mosaico cultural implica em considerar uma determinada área como um todo regional constituído de várias culturas ou sistemas socioculturais” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 159). Entendo com isso que o conceito de mosaico cultural é mais apropriado para se trabalhar com os povos indígenas do Pantanal do que o conceito de *meltin polt* cultural (CARVALHO, 1992), que significa um caldeirão de culturas, amalgamadas em determinada localidade.

Avancemos então no entendimento da etno-história dos povos indígenas no Pantanal.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se procurou demonstrar ao longo do capítulo, o Pantanal é uma região que foi ocupada há 8,4 mil anos por povos indígenas que se organizaram complexamente, constituindo um mosaico cultural às vésperas do contato com os europeus. Para os povos de 8,4 a 4,5 mil anos atrás aproximadamente, não é possível estabelecer qualquer relação com as etnias conhecidas. No período posterior a esse, vários povos migraram para o Pantanal, formando o mosaico cultural conhecido no período colonial.

Por meio de diferentes formas de adaptação ambiental, esses povos ocuparam primeiramente as bordas dos rios, lagos e lagoas, assentando-se posteriormente próximos às matas. A sazonalidade das chuvas, ou pulso de inundação, já se impunha para os habitantes da região, fator que colaborou com a formação de montículos, antrópicos ou naturais, como uma

das formas de adaptação. Tal sazonalidade será marcadamente descrita pelos cronistas espanhóis que cruzaram o Pantanal do século XVI.

Com a incorporação da cerâmica e da agricultura há pelo menos 3 mil anos atrás, começou a se formar um rico mosaico sociocultural na região, que será contatado pelos espanhóis no século XVI. Podemos admitir a existência de povos de pelo menos seis famílias linguísticas (Arawak, Guaikuru, Tupi-Guarani, Zamuco, Guató e Jê), assentados nas terras altas (morros, serras, terraços) e nas terras baixas (áreas inundáveis) da região.

Admitimos, portanto, que no momento anterior à chegada dos europeus na região, tais povos apresentavam complexo sistema sociocultural, ideia que será desenvolvida no decorrer do trabalho.

Dessa maneira, não se pode pensar o Pantanal como uma região recente e homogênea, apesar de sua denominação ter surgido após a navegação dos monçoeiros paulistas no século XVIII que denominaram as terras alagadas de *Pantanais*.

Também procurou-se demonstrar como a história indígena é indissociável da história da região. Sendo assim, conhecer a história dos povos indígenas do Pantanal é conhecer a história da região e a própria história do Brasil, concatenando com a história da ocupação do homem nas Américas.

Com isso, realizar uma investigação utilizando métodos etno-históricos propicia um avanço no entendimento histórico da região. Passemos então à investigação de cada tronco linguístico existente no Pantanal quando do contato com os europeus.

SOCIODIVERSIDADE ÉTNICA, LINGUÍSTICA, E CULTURAL ENTRE OS POVOS INDÍGENAS NO PANTANAL DO SÉCULO XVI

Por otra parte, el río Paraguay era una excelente vía fluvial que permitía la movilidad de los expansivos canoeros pampidos desde el sur hacia el norte, la dispersión de los núcleos protoneolíticos desde el norte, el despliegue de los neolíticos del rumbo del R. Tapajoz hacia la confluencia de los ríos Jaurú – Paraguay, y determinando a la vez el rumbo migratorio de los proto-Carios canoeros que se desplazaban hacia el sur y el sureste de la orilla oriental (SUSNIK, 1978, p. 9).

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando as informações apresentadas no capítulo anterior do trabalho, além da citação que abre o presente capítulo, observamos a importância que o Rio Paraguai teve para os povos indígenas que ocuparam historicamente a região do Pantanal. Lembramos mais uma vez que a pesquisa se refere aos povos indígenas que ocuparam historicamente a região do Alto Paraguai, representada na cartografia do século XVI como *Laguna de los Xarayes*, e denominada desde o século XX como Pantanal Matogrossense, apesar de abranger pequena parte ao oeste do Paraguai e sul Bolívia.

Conforme apresentado anteriormente, a partir de 3 mil anos atrás, quando as condições ambientais da região começaram consolidar-se, a grande sociodiversidade étnica existente no curso do Alto rio Paraguai passou a tomar a forma de culturas indígenas. Desde essa época, até o momento anterior ao contato com os europeus, formaram-se diversas culturas, filiadas a troncos linguísticos, formando um diverso mosaico cultural na Região. Susnik (1978) aponta que pelo menos duas ondas migratórias, anteriores à chegada dos europeus na região, advindas da Amazônia e do Chaco, interferiram diretamente nessa formação.

Essas culturas, ou povos⁶, foram retratadas em documentações produzidas a partir do século XVI pelos oficiais ibéricos, e ao longo dos séculos seguintes pelos clérigos jesuítas e franciscanos, corroborando posteriormente com as investigações arqueológicas e etno-históricas, demonstradas em parte nesse trabalho.

Podemos admitir que “las áreas altoparaguayense y surparanaense representaban dos núcleos en pleno proceso de adaptación culturoambiental, constituyendo en los comienzos de la conquista hispana un verdadero complejo étnico con la manifiesta neolitización cultural de los canoeros-pescadores-cazadores” (SUSNIK, 1978, p. 9-10). Observamos assim a existência de seis famílias linguísticas no Pantanal do século XVI, sendo elas: Arawak, Guaikuru, Tupi-Guarani, Zamuco, Jê e Guató (as duas últimas vinculadas ao tronco Macro-Jê). Filiadas a cada uma dessas famílias existiram algumas culturas, ou povos, que abordaremos no decorrer do capítulo.

Cabe ressaltar que a pesquisa não tem por finalidade um estudo linguístico. Por motivos metodológicos foi essa a forma de classificação escolhida para se trabalhar com os aspectos etno-históricos dos povos indígenas que ocupavam o Pantanal quando ali chegaram os espanhóis, no século XVI. Passemos a investigação.

2.2 FAMÍLIA ARAWAK

FIGURA 2: OS XARAYES EM GRAVURA DE LEVINUS HULSIUS PARA A EDIÇÃO DA OBRA DE SCHMIDEL DE 1599.



FONTE: SCHMIDEL, 1986.

⁶ Utilizar-se-á “povos” para designar as comunidades indígenas no trabalho por estar em maior consonância com a literatura etnográfica e historiográfica em curso.

Iniciaremos nossa investigação sobre a sociodiversidade indígena no Pantanal do século XVI com os povos vinculados à família linguística Arawak. Os principais representantes dessa família linguística no curso do Alto Paraguai do século XVI eram os “Orejones”, os Xaray, os Chané e os Chiquito. Contudo, Combès (2010), analisando as obras dos cronistas ibéricos do século XVI, indica a existência de diversos outros povos ou parcialidades vinculadas à essa família linguística, sendo eles: Arengoçi, Ariticoçi, Aygua, Cayguarare, Ortues, Paresi, Quibaracoçi e Siberi. Por haver pouca literatura disponível sobre esses últimos, deter-nos-emos na descrição dos quatro primeiros povos assinalados.

Como demonstrado anteriormente, Eremites de Oliveira (2014a) e Susnik (1978) indicam que os povos filiados a essa família linguística migraram em tempos pré-coloniais para o Pantanal, estabelecendo-se principalmente nas terras altas.

Em relação aos “Orejones”, ao que tudo indica, “el apelativo fue dado primeramente al grupo tribal que se asentaba en una isla, formada por dos brazos del R. Paraguay, si bien sus habitantes aprovechaban asimismo la orilla occidental para sus sementeras, el nombre se debe a la práctica de notable distensión de los lóbulos” (SUSNIK, 1978, p. 25). A mesma autora indica que “el término “Orejones” refiérese a varios grupos tribales que en el siglo XVI tenían su habitat al norte de los Guasarapos⁷ hasta las lagunas Mandioré, Gaiba y Uberaba” (SUSNIK, 1978, p. 24-25).

Próximo aos assentamentos dos “Orejones”, Domingo Martinez de Irala, a mando do *adelantado*⁸ espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, fundou em 6 de janeiro de 1543 o *Puerto de los Reyes*, que “foi uma importante base dos espanhóis no Pantanal, situada às margens da lagoa Gaíva, nas proximidades da atual fronteira do Brasil com a Bolívia” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 293). O nome do porto refere-se a data de sua fundação, que “corresponde à festa da Epifania ou dos Reis Magos” (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996a, p. 54). Desde então, os espanhóis descreveram nas fontes seiscentistas diversos contatos com os “Orejones”.

⁷ Retomaremos análise desse povo indígena posteriormente.

⁸ Governador de província com poderes civis e militares. "**adiantado**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/adiantado>.

Devemos assim admitir que “Orejones” não se tratava de um único povo homogêneo. Susnik (1978, p. 25) observa que nas fontes seiscentistas “se mencionan con frecuencia tres tribos: Sacocis (Suracucis, Socorinos, Sicocis), cuyo habitat comenzaba a unas 90 leguas al norte de los Guasarapos del Rcho. Aracuay, Xaqueses (Xaquetes) y Arianocosis (Arienes), el grupo norteño de la Laguna Gaiba”. Tal ideia é corroborada por Combès (2010, p. 221), observando a autora que

Todos estos nombres: sacosis, socisies, socoxis, surucucis y socorinos (y variantes de cada uno) parecen equivalentes designando, si no a un mismo grupo, al menos a diversas parcialidades de la misma “generación”. Los únicos que se distinguen, aunque sea sólo por el nombre, son los xagues, xaquetes, saqueses o xaqueses. Todos ellos son “los orejones” de los españoles.

Dessa maneira, compreendemos que os “Orejones” receberam esse apelativo dos espanhóis pelo costume de alargarem grandemente os lóbulos da orelha. Apesar de o apelativo ter sido utilizado de maneira genérica, sendo relegado a todas as tribos encontradas pelos espanhóis que tinham tal costume, “Orejones” não se trata de um povo homogêneo, mas de tribos parciais que migraram em tempos pré-coloniais para o Pantanal, provavelmente da região amazônica, e se fixaram nas margens do rio Paraguai, acima do *Puerto de los Reyes*.

Tais tribos “Orejones” apresentavam *ethos*⁹ agricultor e forneceram muitos mantimentos aos espanhóis, segundo relatos dos mesmos¹⁰. Tal informação corrobora com a ideia da migração desses povos em tempos pré-coloniais da região amazônica para o Alto Paraguai.

Passando à investigação sobre os Xaray, lembremos que, como demonstrado anteriormente, esse povo cedeu o nome a uma localidade que no século XVI representava cartograficamente a região pantaneira, a *Laguna de los Xarayes*. Podemos observar que

Los Xarayes (Saberes) se mencionan en las fuentes del siglo XVI como “gente de policía”, “gente de razón que obedece a su principal”, indicándose

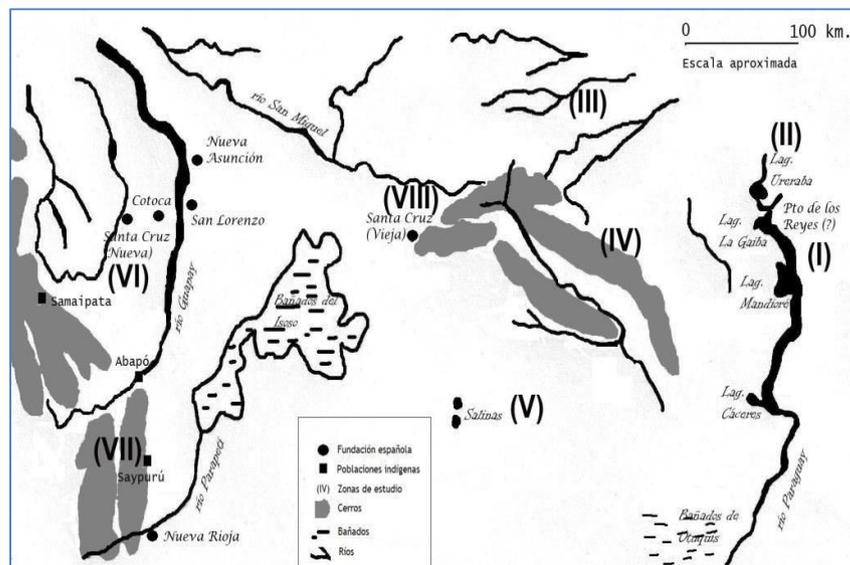
⁹ Conjunto dos costumes e práticas característicos de um povo em determinada época ou região. Conjunto de características ou valores de determinado grupo ou movimento. "**etos**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://priberam.com/dlpo/etos>.

¹⁰ Abordaremos essas informações no próximo capítulo.

siempre su notable organización sociopolítica, parecida a las estructuras confederacionales de los antiguos Chiquitos, Partessis y Mojo-Arawak (SUSNIK, 1978, p. 28).

Tais características, que indicam a existência de uma complexidade socioeconômica entre os Xaray, impressionaram os europeus no século XVI. Assim como os “Orejones”, apresentavam *ethos* agricultor, migraram em tempos pré-coloniais para a região do Alto Paraguai e abasteceram com muitos mantimentos os espanhóis durante as viagens desses, rio Paraguai acima.

FIGURA 3: MAPA LOCALIZANDO O PUERTO DE LOS REYES E AS ZONAS DO CHACO (REALIZAÇÃO ISABELLE COMBÈS)¹¹.



FONTE: COMBÈS, 2010.

As aldeias dos Xaray eram numerosas e, segundo Combès (2010, p. 318-320) estavam distribuídas de sul a norte ao longo da costa do rio Paraguai, respectivamente da seguinte maneira: Cayça, Guaya, Camire, Vretobare, Perobazanes, Siberis, Yereroruni ou Yeritoruni (Manaçi), Aucu (Yaguare), Vacayucure ou Caçayucuri, Baçayucure (Yutaeri Yquemiechiriba

¹¹ “I Puerto de los Reyes; II Región de Xarayes; III Oeste de Xarayes, Norte-nordeste de Santa Cruz la Vieja; IV Oeste de Puerto de los Reyes, entre el Pantanal y Santa Cruz la Vieja; V Chaco boreal; VI Guapay; VII Cordillera chiriguana; VIII Santa Cruz la Vieja” (COMBÈS, 2010, p. 56).

Yaguare), Bayuatari ou Baybatri (Ybichicayri ou Ybichicayre), Utcate (Eguare e Ybichicaure ou Ybichicayre), Uribarbacanay ou Vrebarasanay e “Povo Perabaçan” (Vratabare, Guare ou Yaguare e Chiechiriba).

Todos esses nomes foram recolhidos de documentações coloniais, o que torna difícil precisar a localização, e até mesmo se se tratava propriamente de aldeias ou de nome de “principais”¹². De todo modo, as aldeias Xaray eram numerosas e contavam muitas vezes com mais de um principal. As casas seriam construídas em formato de “galpões redondos” e distribuídas de forma circular, formando uma praça no centro. O ordenamento de lábios, orelhas e do corpo com plumas, pinturas e tatuagens era característica cultural dos Xaray. Nos contatos interétnicos estabelecidos desde tempos pré-coloniais detinham a posse de metais preciosos que muito interessavam aos espanhóis e atraíram ainda mais a atenção deles para o povo Xaray (COMBÈS, 2010; SUSNIK, 1978).

Como sua cultura era baseada na agricultura, não apresentavam características belicosas, apesar de conseguirem um bom grau de defesa de suas aldeias propriamente pelo modo de organização. Como demonstrado anteriormente, receberam bem os espanhóis, fornecendo-lhes mantimentos e até mesmo acompanhando-os durante a entrada de Hernando de Ribera¹³. Contudo, mantiveram relações hostis com a expedição de Ñuflo de Chavez, tendo sido “conquistados” por Chavez durante essa expedição. Após essa “conquista” os Xaray foram reduzidos e deixaram de ser um povo conhecido já no século XVII (COMBÈS, 2010).

Devemos pontuar que essa “conquista”, assim como as demais, não pode ser reduzida a uma relação simples de poder, de conquistador poderoso e conquistado atrasado, como durante muito tempo foi veiculado na historiografia. Essa “conquista” refere-se a intensos contatos estabelecidos entre indígenas e ibéricos durante a história colonial. Os indígenas por diversas vezes não se entendem como “conquistados”, assim como nem sempre a intenção dos europeus foi realizar uma “conquista”. É inegável a diferença existente entre as culturas, contudo, como já assinalado em relação aos Xaray, não se tratavam de culturas ou povos primitivos, atrasados, mas de sociedades complexas que foram protagonistas de sua própria história.

¹² “Principais” seriam os “chefes” das aldeias, ou caciques. Deu-se preferência para a utilização de principais no trabalho por estar em maior consonância com a utilização na literatura pesquisada.

¹³ A entrada de Hernando de Ribera no ano de 1543 será abordada no próximo capítulo.

Passando a tratar dos Chané (Guaná), devemos admitir que tal povo, assim como “Orejones” e Xaray, migrou em tempos pré-coloniais da região amazônica para a região do Chaco e Pantanal, apresentando *ethos* agricultor. Sua chegada ao Chaco deu-se primeiramente na região Sub-andina, próximo a Santa Cruz la Vieja e ao habitat dos Gorgotoqui¹⁴. Por meio de contatos interétnicos, principalmente com os Guarani do Itatin, e do começo da “conquista” naquela região, migraram para próximo do Puerto de los Reyes, ao que tudo indica junto a expedição de volta de Aleixo Garcia¹⁵ (SUSNIK, 1978; COMBÈS, 2010).

Os Chanés localizados próximo ao Puerto de los Reyes foram denominados Layanás e “constituían la principal tribu chané que tuvo el contacto con los expedicionarios asunceños del siglo XVI” (SUSNIK, 1978, p. 109). Podemos observar que “la estructura socioeconómica de todos los Chanés se basaba em el cultivo, pero fueron especialmente los Layanás, quienes disponían de mejores tierras y buenas lagunas chaqueñas” (SUSNIK, 1978, p. 109-110).

Apesar dessa característica, ao contrário do que aconteceu com os “Orejones” e os Xaray, o principal atrativo da relação entre os Chanés (Layanás) e os espanhóis eram as “notícias” que estes detinham sobre os metais preciosos de “terra adentro”, da região a oeste do Pantanal, apesar de também terem abastecidos os europeus com mantimentos. Os Layanás, ao que tudo indica, mantiveram estreitas relações com os Xaray, desenvolvendo a exemplo desse povo certo grau de complexidade sociocultural. Como comentado acima, mantiveram também contatos interétnicos, propriamente de escaramuças e vassalagem, com os Guarani e os Guaikuru. Contudo, podemos pontuar que utilizavam essas relações como forma de resistência e manutenção de sua cultura no complexo ambiente pantaneiro. Nos séculos subsequentes os Chané (Layanás) darão origem aos povos Echoaladi, Kinikinao e Terena, sendo os últimos dois ainda conhecidos, localizados atualmente na região da Serra da Bodoquena e Aquidauana, respectivamente (SUSNIK, 1978; EREMITES DE OLIVEIRA, 2002; SCHUCH, 2005; XIMENES, 2009; COMBÈS, 2010).

Abordando finalmente o povo Chiquito, observamos que eles cederam nome a uma região conhecida como Chiquitania, que se entende pela “área que se extiende desde la provincia de Xarayes hasta la provincia de Sta. Cruz de la Sierra, recorrida por los Españoles

¹⁴ Para melhor compreensão desse povo indígena veja Combès (2010, p. 149).

¹⁵ Retomaremos tal expedição no próximo capítulo.

em el siglo XVI y antes, o simultáneamente por los emigrantes guaraníes” (SUSNIK, 1978, p. 34). Contudo, o apelativo Chiquito “se trata, primero, de la traducción española de una palabra guaraní; y, segundo, de un nombre genérico, que se transformó por pocos años em el nombre específico de un grupo (los tivosicocis)” (COMBÈS, 2010, p. 128). O povo Chiquito era formado por diversas tribos ou nucleações advindas do nordeste do Chaco em migrações pré-coloniais, e se localizavam a noroeste do Alto Paraguai, em uma região que, conforme demonstrado acima, localizava-se entre o Alto Paraguai e Santa Cruz la Vieja, e que foi percorrida desde tempos pré-coloniais por diversos povos e pelos europeus a partir do século XVI.

Susnik (1978) divide a Chiquitania nas zonas “*norchiquitana*”, “*Chiquitana*” e “*surchiquitana*”, ou em setentrional, central e meridional, respectivamente. A zona que corresponde ao Pantanal, ou Alto Paraguai, é a setentrional, na qual ocorreu o “mandecó”¹⁶ Itatin Guarani em tempos pré-coloniais, estando ali assentada no século XVI a nucleação Guarani Guarambarensense, em escaramuças constantes com os “Orejones” e Xaray localizados a leste da região. A tribo dos Chiquitos localizada na região seria a dos Saravecas, que “ocuparían las tierras desde las nacientes del R. Guaporé hasta la periferia de los “Orejones”, concentrándose luego al norte sobre el medio R. Paranaguá” (SUSNIK, 1978, p. 36). Segundo a mesma autora essa tribo apresentaria traços culturais dos Paressi-Arawak matogrossense, sendo difícil identificar seu *ethos*.

Para colocar uma vírgula na investigação sobre os povos de língua Arawak que ocuparam a região do Alto Paraguai no século XVI, visto que a execução de pesquisas etno-históricas sobre a região ainda pode lançar luz sobre questões não abordadas no presente trabalho, observamos que a ocupação desses povos desde sua chegada na região chaquenha e pantaneira, deu-se preferencialmente nas bordas das lagoas e nas terras altas, lugares que favoreciam o cultivo, visto que eram povos de *ethos* agricultor. Mantiveram intensas relações interétnicas na região antes da chegada dos europeus e também com esses a partir do século XVI. Passemos agora à investigação sobre a família Guaikuru.

2.3 FAMÍLIA GUAIKURU

¹⁶ Vide capítulo 2.4 do trabalho.

Para começarmos nossa investigação sobre os povos indígenas no Pantanal do século XVI vinculados à família linguística Guaikuru, podemos inferir que

Bajo el nombre “Guaycurú” entiéndese hoy una extensa familia lingüística que incluye varias tribos, todas racialmente pámpidas y culturalmente peleolíticas, con el aberto ethos de cazadores agresivos, ocupando con preferencia las llanuras del Chaco o adueñándose del R. Paraguay: Eyiguayegi-Mbayáes, Tobas, Abipones, Movovíes, Pilagás, Payaguáes y Guasarapos (SUSNIK, 1978, p. 72).

Sobre os povos acima citados, detere-nos-emos aos Eyiguayegi-Mbayáes (Mbayá-Guaikuru), Payaguá e Guasarapo (Guaxarapo), que ocuparam no século XVI a região do Alto Paraguai, nosso foco de investigação. Os outros povos filiados à família linguística Guaikuru, sendo eles, Tobas, Abipones, Movovíes, Pilagás, além de Yapuríes, Naperúes, Guatatáes e Huemes, estabeleceram-se desde tempos pré-coloniais nas demais regiões chaquenas, inclusive próximos de Assunção, em ondas migratórias advindas do sul para o norte da região, visto que apresentavam características dos pampas (SUSNIK, 1978).

Devemos observar que o apelativo Guaikuru foi primeiramente dado de maneira pejorativa pelo povo Guarani, principais interlocutores dos espanhóis no século XVI, a todos os povos que apresentavam traços culturais de “caçadores agressivos” e mantinham relações hostis com eles. Dessa maneira

A mediados del siglo XVI , el nombre “guaycurú” parece haber sido aplicado unicamente a los grupos “guaykurú-hablantes” más “salvajes” y más cercanos de Asunción, mientras los mayas eran más norteros. Es sólo más tarde que ambos términos acaban prácticamente sinónimos, siguiendo la lógica de identificación de los grupos indígenas por su idioma (COMBÈS, 2010, p. 167-168).

Tratando dos Mbayá-Guaikuru, esse povo ficou conhecido na historiografia como “índios cavaleiros”, resultado da incorporação e destreza na utilização de equinos em sua cultura, após a chegada destes com os europeus no século XVI. Eremites de Oliveira observa que apesar dessa característica ter sido historicamente ressaltada, “há muitos documentos que comprovam que eles não deixaram de utilizar canoas como meio de transporte durante as

cheias” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 252), característica imposta pelo marcado pulso de inundação¹⁷ do ambiente pantaneiro.

Os Mbayá-Guakuru apresentavam *ethos* caçador-guerreiro (SUSNIK, 1978). Durante o século XVI eram os índios mais temidos pelos europeus e também pelos Guarani, que conforme comentado anteriormente mantinham relações hostis com eles. Tal povo significou um entrave nas expedições europeias no Alto Paraguai, impondo resistência e até mesmo realizando ataques e saques contra os europeus, já com a utilização dos cavalos. Tal circunstância motivou expedições europeias de guerra e conquista contra os Mbayá, que serão abordadas no próximo capítulo. Por esses motivos, esse povo ficou também conhecido historicamente como “índios guerreiros”.

Considerando que “en el siglo XVI, los Mbayáes explotaban preferentemente los cazaderos situados entre el R. Verde y el Rcho. Obilebir, con libre movilidad hacia el norte y el sur” (SUSNIK, 1978, p. 89), devemos ressaltar que

Os assentamentos Mbayá-Guaikuru eram constituídos por aldeias, seus principais núcleos residenciais, formadas de várias famílias e contando com a presença de um principal. Entre eles havia claros indícios de diferenciação social, o que ficou mais latente a partir do contato com os europeus e posteriormente com as sociedades nacionais, quando passaram a manter como cativos indivíduos de outros povos, dentre os quais representantes dos Chamacoco, Chané, Guaxarapo e Guató (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 253-254).

Observamos assim como eram dinâmicas as relações interétnicas estabelecidas no curso do Alto Paraguai desde antes da chegada dos europeus, não podendo se pensar em povos separados uns dos outros, vivendo totalmente em harmonia, e como a presença ibérica na região alterou o mosaico cultural estabelecido até então.

Passando a tratar dos Payaguá, diferentemente do Mbayá esse povo apresentava *ethos* canoeiro. Conhecido na historiografia como “senhores do Rio”, ao invés de adotarem o uso de cavalos, como os Mbayá, impunham-se no “curso do rio Paraguai, desde sua foz até o Pantanal, pela utilização de canoas. Mas seu comportamento para com os vizinhos era

¹⁷ “Fenômeno de enchentes estacionais, resultado da associação entre relevo e distribuição de chuvas periódicas no alto Paraguai” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 169).

semelhante ao dos guaicurus cavaleiros, combinando comércio, raptos, saques, indenizações pela devolução dos raptados” (MELATTI, 2011, p. 1-2). Entretanto, devemos pontuar que “é errôneo pensar que desde tempos pré-históricos os Payaguá foram *donos*, por assim dizer, do rio Paraguai e, por extensão, da região pantaneira” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 255), pois, não chegaram a estabelecer-se em todo o curso do Alto Paraguai e vários eram os povos que também impunham e defendiam seus domínios territoriais.

Consideremos que

Los Evuevi-Payaguáes pertenecen a la familia lingüística guaycurú, representando una tribu con características destacadas de canoeros-pescadores-corsarios fluviales: em ala época del Paraguay Colonial, ellos fueron los verdaderos dominadores del curso del R. Paraguay, recorriéndolo continuamente en sus canoas, manifestando siempre una histolidad ventajista y un trato astuto con los provinciales (SUSNIK, 1978, p. 93).

Acompanhando a movimentação territorial pré-colonial de povos de língua Guaikuru, as investigações arqueológicas realizadas até o momento indicam que os Payaguá, assim como os Mbayá, migraram de sul a norte na região Pantaneira. No século XVI, os Payaguá, “divididos em dos grupos subtribales, tenían la conciencia sociopolítica tribal basada en la identidad de la lengua y en la obligatoria reciprocidad de visitas interparciales, éstas a veces dentro del interés competitivo” (SUSNIK, 1978, p. 96). Esses grupos foram denominados de Agace, na parte meridional do Chaco, e Sarigué-Payaguá, na parte setentrional, ou curso do Alto Paraguai. Percebemos com a afirmação acima que essas parcialidades tribais dos Payaguá não estavam isoladas e mantinham relações de reciprocidade uma com a outra, além de inúmeros contatos interétnicos com povos vizinhos. Tal fato corrobora com a ideia de não pensarmos os povos pré-coloniais da América como sociedades simples, e sim as percebermos em toda sua complexidade.

Apesar dos Payaguá serem um povo canoeiro, tendo esse instrumento fundamental importância em sua cultura, assim como outros povos canoeiros do Alto Paraguai mantiveram assentamentos estacionais geralmente situados em rios menores, afluentes do rio Paraguai, o que influía nas relações interétnicas (SUSNIK, 1978, 1996). A subsistência dos Payaguá, além da grande importância que a pesca apresentava para um povo canoeiro, foi marcada pela caça, como de jacarés e lontra, por exemplo, e exploração dos recursos ambientais, como o

arroz-do-pantanal, o que demonstra que “nem todos os recursos disponíveis nos ambientes chegaram a ser explorados pelos povos indígenas” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 255).

Antes da chegada dos Payaguá no Alto Paraguai, os Guaxarapo (Guasarapo) já haviam penetrado a região, conforme aponta Susnik (1978), e com esse grupo terminaremos nossa investigação sobre os povos vinculados à família linguística Guaikuru. Sobre os Guaxarapo

Até o presente momento sabe-se muitíssimo pouco. Ao que tudo indica, foi totalmente extinto ou assimilado biológica e/ou culturalmente até fins do século XIX. Seu idioma não chegou a ser razoavelmente documentado por especialistas, havendo apenas um pequeno vocabulário recolhido por Castelnau (1850-1851), a partir do qual a língua Guaxarapo foi hipoteticamente enquadrada na família linguística Guaikuru (Kersten, 1968; Susnik, 1978). Em tempos coloniais, seu território abrangia a porção centro-sul do Pantanal Matogrossense, principalmente as áreas existentes entre os rios Taquari e Miranda, no atual estado de Mato Grosso do Sul (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 247-248).

Apesar de poucas referências historiográficas, os Guaxarapo foram retratados no *Comentários* de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, obra que será abordada no próximo capítulo, e que permite inferir que no século XVI esse povo manteve diversas relações amistosas com os Guató e receosas com os Guarani e os Payaguá. Seu *ethos* seria canoieiro e, assim como os Payaguá, tinham assentamentos sazonais no curso do Alto Paraguai (CABEZA DE VACA, 1555; SUSNIK, 1978; EREMITES DE OLIVEIRA, 2002).

Terminamos assim nossa investigação sobre os povos indígenas vinculados à família Guaikuru no curso do Alto Paraguai no século XVI. Passemos à investigação sobre a família Tupi-Guarani.

2.4 FAMÍLIA TUPI-GUARANI

Os povos filiados à família linguística Tupi-Guarani começaram sua dispersão pela América do Sul em tempos pré-coloniais, alcançando o litoral e o sul do Brasil antes da chegada dos europeus. Podemos observar que “a grande expansão geográfica das línguas Tupi não está associada à antiga dispersão Macro-Tupi, e sim à explosão que ocorreu com a expansão da família Tupi-Guarani” (URBAN, 1992, p. 92), há 2 ou 3 mil anos AP, aproximadamente.

O povo vinculado a essa família que ocupava, entre outros locais, o Alto Paraguai, eram os Guarani. Nessa perspectiva, podemos admitir que

Do Chaco até o Atlântico, das capitânicas do Sul até o rio da Prata, a presença guarani abrangia, no século XVI, uma imensa área que hoje inclui os estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de partes dos países vizinhos. Contudo, apesar do quadro sugerido pelas primeiras fontes escritas, os Guarani – conhecidos na época como Carijó ou Cario – não ocupavam esta vasta região de modo homogêneo ou exclusivo. A maior parte dos grupos locais encontrava-se nas florestas tropicais e subtropicais, ao longo do litoral e entre os principais rios do sistema Paraná-Paraguai (MONTEIRO, 1992, p. 476-477).

Conforme já mencionado anteriormente, os Guarani em sua dispersão migratória pré-colonial, conhecida como “manderecó”, ocupou preferencialmente as terras altas do Alto Paraguai, estabelecendo-se preferencialmente a noroeste da região, na zona “*norchiquitana*”. Susnik, tratando da dispersão dos denominados “Avá-Guaraníes”¹⁸ considera que

La expansión geográfica de los Avá manifiesta las pautas comunes a todos los pueblos de cultura neolítico-tropical; avanzadas migratorias discontinuas, temporal y localmente; plasmación interétnica o avasallamiento guerrero del gentío protopoblador; la imposición de la lengua como expresión de sujeción-comunicación; la consciencia del gentío dominante; la manifestación de la capacidad subsistencial a través de los grandes convites intercomunitarios; el poder impositivo de los shamanes, dominadores de las fuerzas mágicas desconocidas (SUSNIK, 1979-1980, p. 10).

Tal quadro traçado pela autora permite observar como foram dinâmicos os contatos interétnicos pré-coloniais, reforçando mais uma vez a ideia de que não se pode pensar a América do sul antes da chegada dos europeus de maneira simplista ou homogênea, estando as diferentes ondas de imigração para o Alto Paraguai pautadas e condicionadas por esses contatos. Observamos também que “grande parte das “diferenças” existentes entre os Guarani e os Tupi da costa advém de uma questão de abordagem: se para a etnologia a guerra constituía o motor da sociedade Tupinambá, os estudos guarani sublinham a religião como elemento unificador” (MONTEIRO, 1992, p. 480).

¹⁸ Ramificação Guarani pré-colonial que ocupou a região desde o Alto Paraguai, Chaco, passando pelos Pampas do sul, até o litoral brasileiro.

Apresentando *ethos* agricultor, em seu modelo de ocupação, os Guarani “no formaban núcleos con una multipoblación aldeana que de por sí exigiría una superproducción económica y una propia estructura sociopolítica” (SUSNIK, 1979-1980, p. 15). Dessa maneira, os Guarani realizavam uma ocupação heterogênea do terreno, dividindo-se em nucleações étnicas. No Alto Paraguai, as nucleações Guarani eram as Guarambarenses e Itatim. Pela análise das fontes torna-se difícil precisar se tais nucleações são nomes de caciques principais, ou conforme demonstrado acima, de xamãs.

Em relação à nucleação Guarambarenses, podemos admitir que

Sus asientos más densos hallábanse al este del R. Paraguay hasta el medio R. Jejuí y R. Aquidabán, dominando los bosques de Pitum y Pirai respectivamente. El hecho de que los Guarambarenses aprovisionaban con notables abastecimientos a los expedicionarios españoles en su búsqueda de Eldorado, comprueba su potencialidad económica basada en el cultivo y cacería (SUSNIK, 1979-1980, p. 27).

Já “entre los ríos Paraguay, Mbotetey, Pirai-Aquidabán y las tierras de Xerez asentábanse los Itatines, éstos, al iniciar-se la conquista hispana, en plena efervescencia belicista y migratoria” (SUSNIK, 1979-1980, p. 28). Os Guarani do Itatim eram “canibales y enemigos de los guaxarapos y guatos”, e também “solían participar a expediciones hacia la “tierra adentro”, en busca del metal” (COMBÈS, 2010, p. 172). Os Itatins estavam no século XVI divididos em diversos núcleos na extensa região entre o Alto Paraguai e Santa Cruz la Vieja. Tal fator permite considerar que os deslocamentos pré-coloniais, “manderecós”, não foram interrompidos com a chegada dos espanhóis, contudo, alterou sua dinâmica, que estava pautada em relações interétnicas, sobretudo receosas, com os povos vizinhos, Xaray, “Orejones”, Chané, Chiquito, Guaykuru e Payaguá.

Os Guarani foram os principais interlocutores dos europeus no Pantanal do século XVI, talvez por estarem em contato com eles desde Santa Catarina, com os Carijós, passando pela região do Prata até chegar à Assunção, com as nucleações dos Carios. As crônicas dos conquistadores permitem considerar o quanto eles se impressionaram com as provisões que as nucleações Guarani detinham, e também com o grande número de indivíduos que as habitavam, apesar da consideração anterior de que o tamanho dessas nucleações era limitado, visto a incapacidade que teriam de garantir a subsistência de uma grande população, já que os recursos poderiam ser limitados.

No Alto Paraguai, os Guarani intermediaram os contatos dos europeus com os demais povos, nomeando muitos deles, além de diversas localidades, e servindo de guias durante as inúmeras expedições destes que partiam de Assunção em busca da lendária Serra da Prata. Essa relação não pode ser apreendida de forma simplista ou pacífica, sendo os Guarani vistos sempre “vassallos” dos europeus, ou sempre como aliados. Os indígenas souberam muitas vezes utilizar essa relação a seu favor, como por exemplo, na expedição de conquista que Alvar Nuñez Cabeza de Vaca convocou em 1543 para pacificar os Guaikuru (Mbayá) próximo ao Puerto de los Reyes, motivada pelos constantes ataques deles aos Guarani.

Como os Guarani eram o povo mais próximo dos europeus, a empresa da conquista partindo de Assunção atingi-los-á primeiro. Esse fato gerou focos de resistência Guarani, pautado, sobretudo, na questão religiosa-xamânica. Não é raro na historiografia o relato de resistência Guarani contra os europeus, inclusive nas nucleações Guarambarensense e Itatim, também com convocação à luta partindo de caciques principais (SUSNIK, 1979-1980; COMBÈS, 2010). Terminamos assim nossa investigação sobre a família Tupi-Guarani no Alto Paraguai. Partiremos para a investigação sobre os povos vinculados à família Zamuco.

2.5 FAMÍLIA ZAMUCO

Os dados sobre os povos vinculados à família Zamuco no Pantanal do século XVI são escassos. Susnik (1978, p. 58) indica que “los datos históricos sobre los Zamucos datan recién de las primeras décadas del siglo XVII” e que “el único dato del siglo XVI se debe a la declaración de Juan Picón, quien habla de la “provincia de los Morotocas” al sur de Sta. Cruz la Vieja”. O povo vinculado à família Zamuco no Pantanal do século XVI seriam os Chamacoco, existentes no Paraguai até os dias atuais, e que ocupavam todas as zonas da região Chiquitana.

Devemos admitir que “los Zamucos son básicamente pámpidos, pero con variantes físicas y psicológicas que confirman mestizamientos intertribales prehistóricos” (SUSNIK, 1978, p. 61). Com os dados disponíveis torna-se difícil precisar o *ethos* dos Zamuco do século XVI. Consideremos que, como os demais povos do Pantanal, não abandonaram práticas ligadas à pesca e caça, impostas pela região. Pelo fato de terem sido dominados pelos Chiquitos, conforme aponta Susnik (1978), parecem não ter sido guerreiros, nem praticado agricultura.

Por ora, essas são as considerações que as fontes permitem fazermos sobre os Zamuco no Pantanal do século XVI. Passemos à investigação sobre os povos vinculados ao tronco Macro-Jê.

2.6 TRONCO MACRO-JÊ

Os povos vinculados ao tronco linguístico Macro-Jê, que se formou há 5 ou 6 mil anos AP aproximadamente, ocupam desde tempos pré-coloniais a parte oriental e central do que hoje é o planalto brasileiro. Em relação à família Jê, devemos observar que ela “representaria um ramo relativamente recente, que se separou há uns 3 mil anos ou mais” (URBAN, 1992, p. 90) do tronco Macro-Jê.

No tocante à família Guató, observamos que sua inclusão no tronco Macro-Jê por Rodrigues (1986) é uma hipótese, amplamente discutida por Martins (2011), que a valida. Apesar das dissensões em relação ao assunto, vincularemos a família Guató ao tronco Macro-Jê no trabalho por ser a hipótese corrente mais aceita. Sigamos à investigação.

2.6.1 FAMÍLIA JÊ

O povo vinculado à família linguística Jê no Alto Paraguai do século XVI eram os Bororo. Sobre esse povo, podemos considerar que

Os Bororo Cabaçais e os da Campanha, também conhecidos como Bororo Ocidentais, de acordo com os dados etnográficos disponíveis, ocuparam amplas áreas no trecho setentrional do Alto Paraguai. Os Cabaçais ocupavam as duas margens do rio Cabaçal, área ao norte do rio Jauru, os campos da Caiçara na altura de Cáceres, e os campos de Descalvados entre o rio Paraguai e o Corixa Grande, já na fronteira com a Bolívia. Há registro dos Bororo também em território boliviano contíguo, nas proximidades de San Matias (MIGLIACIO, 2006, p. 52).

Há poucas informações disponíveis sobre os Bororo Ocidentais, principalmente no século XVI. Sua migração para a região do Alto Paraguai aconteceu em tempos pré-coloniais, acompanhando ondas migratórias motivadas por contatos interétnicos, situação recorrente em toda a América do sul. Nos séculos seguintes, “foram alcançados pela colonização portuguesa, registrando-se, até as primeiras décadas do século XIX, massacres cometidos

contra eles” (MIGLIACIO, 2006, p. 52), sendo submetidos posteriormente ao trabalho nas fazendas de gado implantadas na região. Já no século XX são considerados “destribalizados”, vivendo à margem da sociedade, sem terras demarcadas (MIGLIACIO, 2006).

A escassez de dados referente aos Bororo Ocidentais no século XVI torna difícil analisar aspectos de sua cultura. Contudo, podemos considerar que esse povo manteve poucos contatos com os espanhóis no século XVI, apresentava *ethos* guerreiro e manteve relações hostis com os Xarayes, formando alianças posteriormente com os Guaikuru e Payaguá, que gerou empecilhos para os espanhóis e às bandeiras paulistas no século XVII (ZAGO, 2005). Passemos à família Guató.

2.6.2 FAMÍLIA GUATÓ

A respeito da língua Guató, devemos observar que

Apesar de estar filiada diretamente ao tronco Macro-Jê, a língua Guató não pertence, ao menos segundo consta na literatura analisada, a nenhuma família lingüística a ele relacionada, inclusive a família Jê. Esta situação por certo é fruto da ausência de maiores estudos sobre o parentesco das línguas indígenas no Brasil. Entretanto, levando em conta as propostas apresentadas por Montserrat (1994), acredito que a língua Guató pode ser alternativamente considerada como uma família lingüística de um só membro, pertencendo ao tronco Macro-Jê (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 268).

Jorge Eremites de Oliveira (2002) apresenta o seguinte esquema para compreender o exposto acima:

| | | |
|-----------------|---------------|--------------|
| TRONCO MACRO-JÊ | FAMÍLIA GUATÓ | LÍNGUA GUATÓ |
|-----------------|---------------|--------------|

Para uma caracterização geral da língua Guató vide Jorge Eremites de Oliveira (2002)¹⁹.

¹⁹ “De acordo com nossa análise e descrição, o guató é uma língua tonal (ou seja, o tom alto ou baixo de uma vogal modifica o significado das palavras), predominantemente aglutinante com respeito à formação de palavras, apresenta marcas de ergatividade (os marcadores de sujeito dos verbos transitivos e intransitivos são diferentes) e

Considerando alternativa correta de vincular um só membro, a língua Guató, a uma família linguística também única, pertencente a um tronco maior, o Macro-Jê, observamos a complexidade de tal língua e sua importância como “um dinâmico e eficaz mecanismo de manutenção da identidade étnica e auto-constituição da realidade social” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 270).

Branislava Susnik (1978, p. 19) observa que “los Guatós hablan una lengua aislada, desconociéndose cualquier filiación cercana, siendo ausentes también los ocasionales préstamos de las lenguas de los Chiquitos o Paressi-Arawak”, isso requer dizer que apesar dos intensos contatos interétnicos da região, nos quais os Guató estavam inseridos, sua língua não foi modificada.

Vinculando a língua Guató ao tronco Macro-Jê, devemos considerar que tal etnia migrou em tempos pré-coloniais de norte para sul, até se instalarem na região, apesar de que “ainda que a língua Guató tenha sido separada do tronco Macro-Jê por volta de 5.000 e 6.000 AP, no momento não há como precisar quando os Guató ou os proto-Guató chegaram ao Pantanal” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 269).

Sobre a etno-história dessa etnia os trabalhos de Jorge Eremites de Oliveira (1996a, 2002) são dignos de atenção.

Devemos considerar que

Embora os Guató sejam representantes do complexo de povos canoeiros que emergiu na pré-história pantaneira e perdurou até tempos coloniais, continuam sendo pouco notados pelos cientistas sociais, ainda que tenham sido mencionados e descritos em fontes textuais desde a primeira metade do século XVI. Apesar disso, não é raro constatar a ausência de seu nome em manuais de Antropologia, Arqueologia, História e outras ciências vizinhas, nos quais povos indígenas sul-americanos foram relacionados segundo a região habitada e o parentesco linguístico (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 265).

é do tipo VSO (a ordem predominante é verbo- sujeito-objeto). Um sistema numeral de base quinária até o número 20 e decimal para os demais é uma das características que a distingue da maioria das línguas indígenas brasileiras (Palácio, 1987:75)” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 270).

Esse panorama, contudo, sofreu alguma alteração após os trabalhos do pesquisador comentados anteriormente, sendo que há hoje uma considerável produção bibliográfica sobre a etnia Guató, apesar de muito aquém do que sobre outras, como os Guarani, por exemplo.

Ainda devemos observar que “é preciso ter cautela ao adotar modelos de dispersão lingüística que partem do seguinte paradigma: em tempos pré-históricos, a região amazônica foi o centro irradiador de populações indígenas para grande parte das terras baixas do subcontinente, sua periferia” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 269). Com isso, consideramos que dizer que o povo Guató migrou do norte para o sul da região do Pantanal, não significa dizer que eles migraram da Amazônia.

Segundo Branislava Susnik (1978)

A todo parecer, los Guatós constituyen un grupo étnico de los antiguos *protopobladores* mato-grossenses, con gran tendencia hacia la pesca canoera a diferencia de los cazadores-pescadores-reolectores de tierra firme; los desplazamientos de los primeros protoneolíticos amazónicos los empujaron hacia la zona, donde se encontraron en el siglo XVI (SUSNIK, 1978, p. 19-20).

Devemos considerar ainda que “em el area mato-grossense vivían poblaciones racialmente láguidas y pámpidas – como los Bororó por ejemplo – originándose frecuentes variantes del subtipo básico, debido a los habituales mestizamientos interétnicos” (SUSNIK, 1978 p. 20). Supomos assim os intensos contatos interétnicos não foram exclusividade da região do Pantanal, e que as tribos que lá chegaram em tempos pré-coloniais já haviam até mesmo modificado seus costumes e realizado deslocamentos em decorrência de tais contatos.

A autora ainda observa, que, “los Guatós son los típicos representantes de “la gente del río” que se describe en los Comentarios”, e que no século XVI,

Su asiento más permanente imitábase al Rcho. Aracay y laguna Cáceres, debiendo su arrinconamiento interpretarse como el resultado de la dispersión de los “Orejones” desde la laguna Uberaba hasta la laguna Caracará en el norte y de la expansión canoera de los Guasarapos desde el sur (SUSNIK, 1978, p. 18).

Sobre os assentamentos dos Guató, devemos considerar que

De acordo com os próprios Guató, eles possuem três tipos básicos de assentamentos, segundo sua localização na paisagem, sendo todos relacionados a áreas ecológicas próximas a cursos d'água: “aterro” ou *marrabóro*, “beira de rio” ou *modidjécum* e “beira de morraria” ou *macaírapó*²⁰.

A ocupação desses assentamentos está diretamente relacionada, ao menos, a três fatores cultural e ecologicamente importantes para a subsistência desse grupo essencialmente canoeiro: 1º sazonalidade (períodos de seca e cheia); 2º forma de organização social (famílias autônomas); 3º grande mobilidade espacial (fluvial) (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996a, p. 106-107).

Os dados apresentados indicam que a sazonalidade do ambiente e a forma de organização social dos Guató influíram diretamente no local e na constituição de suas habitações. Sendo assim “fica evidente que esses índios canoeiros possuíam, ao menos, dois tipos de assentamentos relacionados à sazonalidade do ambiente: 1º nas margens dos rios durante a seca; 2º em outras áreas protegidas das inundações, durante a cheia” (EREMITES DE OLIVEIRA 1996a, p. 109). Em Jorge Eremites de Oliveira (1996a) há uma análise sobre a cultura material dos Guató, o que não será abordado no trabalho por não consistir em objetivo central.

Apesar de ficar clara a necessidade de sucessivos deslocamentos para o estabelecimento dos assentamentos, devemos considerar que “havia, porém, uma relativa estabilidade das residências sazonais em resposta à variabilidade ambiental, características do *ethos* canoeiros de muitos povos, o que demonstra a existência de complexos padrões de mobilidade e assentamento” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 249). Como assinalado acima, essa característica se aplica não só aos Guató, mas também a outros povos canoeiros-pescadores do Pantanal, como os Guaxarapos.

Com as ondas migratórias chegadas ao Pantanal em períodos pré-coloniais, “los inmigrantes neolíticos altoparaguayenses han difundido la práctica del cultivo, sabiendo también los protopobladores canoeros-pescadores apreciar este nuevo recurso subsistencial”

²⁰ “Devido a problemas relacionados com a qualidade da gravação dos relatos, talvez a palavra *modidjécum* esteja com erro de grafia. Outras palavras transcritas acrescidas de ponto-de-interrogação, também indicam que a grafia pode estar incorreta em função do mesmo motivo. A tradução das palavras em Guató foi feita pelos próprios informantes” (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996a, p. 106-107).

(SUSNIK, 1978, p. 17). Tal prática se deu em montículos, dos quais alguns foram escavados durante o *Projeto Corumbá*, comentado no primeiro capítulo.

Além disso, devemos considerar que “todos los canoeros eran a la vez buenos recolectores, destacándose ya em las fuentes del siglo XVI el aprovechamiento intensivo de arroz silvestre” (SUSNIK, 1978, p. 17). Observamos então que tal prática fora adotada nos diferentes tipos de assentamento pelos Guató, e também pelos Guaxarapos, apesar destes possuírem o *ethos* de canoeiros-guerreiros.

Seguindo a interpretação dos autores, identificamos uma clara dinâmica de contatos interétnicos, gerando conflitos e deslocamentos pela região, como já fora assinalado anteriormente.

Para finalizar a análise referente os Guató do século XVI, devemos atentar para que

Hacia los fines del siglo XVI se iniciaron ya los paulatinos desplazamientos de los “Orejones” hacia la orilla oriental del R. Paraguay; los Guatós aprovecharon esta circunstancia, abriendo la lucha com los monticulares “Matsubehe” de las lagunas Gaíba y Uberaba; no se trataba de una disputa por el predominio étnico-grográfico, sino de una posesión y explotación exclusiva de los montículos para el cultivo de la pal “acurí” primero y de bananas luego. Cuando los Coroádos-Bororó perseguían a los sobrevivientes Orejones, volviéronse vecinos inmediatos de los Guatós del R. Caracará y de la desembocadura del R. S. Lorenzo en el R. Paraguay. Los Guatós no cambiaron su módulo subsistencial; el hombre buscaba si prestigio matando algún tigre, conservando su cráneo-trofeo, y reforzaba su poder socioeconómico mediante la poligamia (SUSNIK, 1978, p. 20).

A descrição realizada pela autora nos possibilita captar alguns aspectos importantes sobre os Guatós do século XVI. Em primeiro lugar dá-nos uma boa dimensão dos contatos interétnicos nos quais estavam inseridos, ajudando a entender mais uma vez a dinâmica de ocupação e deslocamentos na região. Observamos também uma modificação no seu modo de organização social, causada, sobretudo, pelos contatos com os “Matsubehe” e Bororo migrados para a região, em uma situação já analisada anteriormente, que consistiu no começo do cultivo em montículos. Pode-se considerar ainda a importância social relegada à caça (da onça, e não do tigre como apresentado no texto), e o papel do homem como guerreiro, fazendo com que a mulher se ocupe, principalmente, do trato doméstico.

Por fim, chama nossa atenção a poligamia ser retratada como fator de poder socioeconômico, o que pode ser considerado correto, se analisado do ponto de vista da reciprocidade dentro do grupo, conforme consta em Jorge Eremites de Oliveira (2002), que realizou uma análise mais recente da questão.

A respeito da organização social, *ethos* e *modus vivendi* dos Guató, é importante considerar que as “fontes textuais dos séculos XVI, XVII e XVIII podem ser vistas como uma lacuna histórica de quase três séculos. Nelas não constam informações detalhadas sobre o assunto” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 275). Com isso, identificamos a importância dos trabalhos aqui citados e de outros que ainda se debruçam sobre o assunto.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a investigação acima realizada, podemos traçar o seguinte quadro sobre a sociodiversidade étnica, linguística e cultural no Pantanal do século XVI:

TABELA 1: POVOS INDÍGENAS NO ALTO PARAGUAI NO SÉCULO XVI

| FILIAÇÃO LINGUÍSTICA | POVOS INDÍGENAS | PROVÁVEL ÁREA DE OCUPAÇÃO |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Família Linguística Arawak (Tronco Linguístico Arawak) | “Orejone”, Layana (Chané e Guaná), Xaray, e Chiquito (Saraveca) | Parte do rio Apa e adjacências e os pantanais de Cáceres, Poconé e Paraguai e o extremo noroeste da região. |
| Família Linguística Guaikuru | Guaxarapo, Mbayá-Guaikuru e Payaguá | Dos limites do Pantanal com o Chaco até extensões dos pantanais de Nabileque, Abobral, Paiaguás, Miranda, Nhcolândia e Paraguai. |
| Família Linguística Tupi-Guarani | Itatim e Guarambareense | Grandes extensões dos rios Ypané, Apa, Miranda e dos planaltos residuais do Urucum e Amolar. |

| | | |
|-----------------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Família Linguística Zamuco | Chamacoco | Áreas próximas à Baía Negra, na República do Paraguai. |
| Família Linguística Jê (Tronco Liguístico Macro-Jê) | Bororo (Ocidental) | Regiões dos pantanais de Barão de Melgaço, Cáceres, Paraguai e Poconé. |
| Família Linguística Guató (Tronco Liguístico Macro-Jê) | Guató | Grande parte do alto curso do rio Paraguai, consideráveis extensões dos rios Cuiabá e São Lourenço e seus afluentes, Ilha Ínsua e lagoas Gaíva, Uberaba e provavelmente as de Mandioré, Vermelha e Cáceres. |

(*Apud* EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 262)

Percebemos como diferentes ondas migratórias pré-coloniais, de povos pescadores-caçadores-coletores e agricultores, formaram um diversificado mosaico cultural na região, em pleno desenvolvimento socioambiental quando da chegada dos europeus à região. A chegada destes em muito modificou a paisagem do Alto Paraguai e a intensa dinâmica intercultural então ali existente, principalmente no tocante à demografia, com o drástico declínio populacional decorrente de epidemias, e à desterritorialização, com o crescente interesse, primeiro na mão de obra e redução dos indígenas, posteriormente nas suas terras.

Dentro da perspectiva de ocupação do Alto Paraguai, no período colonial, os povos vinculados às famílias Arawak e Guarani se estabeleceram preferencialmente nas terras altas no Pantanal do século XVI (serras, morros isolados, terraços fluviais, etc.), enquanto os povos canoeiros, a exemplo dos Guató e Payaguás ocuparam principalmente as regiões alagáveis, ou terras baixas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2014a).

Em relação às terras altas, nas quais se destacam no Pantanal os planaltos residuais do Urucum e Amolar, devemos considerar que “estão protegidas das cheias periódicas e possuem grandes espaços favoráveis ao cultivo” (EREMITES DE OLIVEIRA & VIANA, 1999, p.

178). Já as terras baixas, entre elas as lagoas Gaíba, Uberaba e Mandioré, representam a maior parte do Pantanal, sendo propícias aos povos canoeiros, por estarem diretamente ligadas ao pulso de inundação marcante da região (EREMITES DE OLIVEIRA & VIANA, 1999). Tais informações corroboram com a dinâmica de ocupação apresentada no parágrafo anterior.

Dos povos relacionados durante o capítulo, os “Orejones”, Xaray, Chiquito, Guaxarapo, Payaguá, e Chamacoco, além das parcialidades Itatim e Guarambareense, foram extintos ou sofreram total assimilação por outros povos. Os Mbayá-Guaikuru e os Layana não existem mais como tal, deram origem nos séculos subsequentes aos Kadiwéu (Mbayá-Guaikuru) que ocupam hoje a serra de Maracaju e aos Kinikinau e Terena (também aos Echoloadi, uma ramificação existente até o século XIX) (Layana), que ocupam hoje também a serra de Maracaju e os municípios de Miranda, Aquidauana e Sidrolândia no Mato Grosso do Sul, respectivamente.

Buscamos assim compreender durante o capítulo a grande sociodiversidade étnica, linguística cultural existente entre os povos indígenas no Pantanal do século XVI, e como a chegada dos europeus em muito alterou o mosaico cultural ali existente. Passaremos agora à investigação sobre as expedições e tentativas de conquista da região do Pantanal no século XVI.

EXPEDIÇÕES E TENTATIVAS DE CONQUISTA IBÉRICA DA REGIÃO DO PANTANAL NO SÉCULO XVI

Toda esta “macro-región”, a excepción de su franja occidental, fue descubierta y conquistada desde Paraguay, y todas las exploraciones tuvieron una única meta: descubrir “la noticia”, la “tierra rica”, la fuente em fin de las riquezas que los indígenas ubicaban más al oeste, y de las cuales daban muestras: collares, brazaletes, o “panchas” de plata que circulaban de grupo em grupo, desde los Andes hasta el Pantanal y más allá hasta la costa atlántica (COMBÈS, 2010, p. 8).

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Comprendemos nos capítulos anteriores como se deu a ocupação do Pantanal desde tempos pré-históricos e a sociodiversidade étnica, linguística e cultural existente na região quando da chegada dos europeus no século XVI. Caminharemos agora no entendimento das tentativas de conquista do Pantanal, tendo como referência as expedições de conquista realizadas pelos ibéricos no século XVI.

Faz-se mister concatenar as tentativas de conquista do Pantanal do século XVI com um empreendimento maior, o da Conquista da América como um todo. Essa conquista por sua parte é decorrente de processos históricos anteriores, dentre os quais podemos destacar a reconquista de Granada, a queda de Constantinopla, o conseqüente fechamento do mar Mediterrâneo para o comércio do Ocidente e o deslocamento do eixo comercial para o Antântico que culminará no descobrimento (achamento) da América.

Dentro dessa perspectiva histórica, observamos que no século XV a península ibérica era ocupada por muçulmanos, mais precisamente os Mouros²¹. Alicerçada na religião Católica, os reinos de Castela e Aragão fazem uma “Cruzada interna” para a reconquista da região. Soma-se a esse fato a tomada de Constantinopla pelos Turcos Otomanos e o

²¹ Indivíduo árabe ou berbere habitante do Norte de África. "**mouros**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://priberam.pt/dlpo/mouros>.

consequente fechamento do mar Mediterrâneo para efetuar o comércio de especiarias com o Oriente.

Como alternativa para resolução desse problema, Portugal (originário do reino de Aragão) já se adiantara na busca por uma nova rota comercial e Castela (reino que dará origem à Espanha) também o tinha que fazer. Patrocinando o genovez Cristóvão Colombo, Castela se lança ao mar para comercializar especiarias e salvar as almas dos não-cristãos. Ao chegar à América em 1492, Colombo imaginou ter chegado às Índias, denominando “Índios” os habitantes que ali encontrou, projetando sobre eles todo o imaginário existente na Europa, adquirido, sobretudo, nos relatos de viajantes como Marco Pólo, que configurará posteriormente o gênero de “Literatura de Viagens”, dos quais estudaremos no presente capítulo os relatos de Alvar Núñez Cabeza de Vaca e Ulrico Schmidel.

A partir da descoberta, ou achamento, do “Novo Mundo”, e o fim da guerra de reconquista, começarão as “campanhas”²² para a conquista da América. Essas campanhas, apesar de legitimadas pelas coroas espanhola e portuguesa, tinham um caráter essencialmente privado, pois, os homens que vinham para o “Novo Mundo”, patrocinavam econômica e militarmente as investidas para a conquista de índios e de territórios. Podemos observar que tal situação acusava uma dicotomia, pois, de um lado se encontrava o Estado regulamentador na figura do rei, para onde deveriam ir as riquezas encontradas na América, e de outro os conquistadores que pretendiam reaver, também por meio da descoberta dessas riquezas, os gastos feitos com as empreitadas, além de conseguirem prestígio e glória (ROMANO, 1995).

Quem participava dessas campanhas, a partir do final do século XV, eram, sobretudo, nobres de segunda categoria, fascinados com os contos épicos que começavam a circular na península ibérica, e o contingente de homens que “sobraram” na sociedade após o término da guerra de reconquista. Eles partem da Europa com um imaginário todo formado, cheios de crenças e preconceitos sobre o que encontrarão no “Novo Mundo”.

Esse imaginário tem como fio condutor as palavras ouro, honra e evangelho: o ouro é a tão sonhada riqueza, presente em relatos épicos de cidades indígenas, como o Eldorado; a

²² Grande esforço para obter um fim. "**campanhas**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://priberam.pt/dlpo/campanhas>.

honra é o prestígio que a conquista de povos e de terras relega ao destemido cavaleiro; o evangelho, ou religião, é o elemento legitimador das campanhas, pois se Deus é ibérico, eles deveriam fazer que todos creiam Nele, pela força ou não (ROMANO, 1995). Portanto, observamos que os conquistadores ibéricos reproduzem no “Novo Mundo” a guerra de reconquista contra os mouros.

No século XVI, a empresa da conquista da América ainda começa a ganhar forma. São muitas as expedições que se lançam ao mar de Portugal e da Espanha, sem garantia alguma, visando a conseguir no Novo Mundo honra e riqueza advinda da descoberta do ouro, cristianização de infiéis e conquista dos territórios. Conforme comentado anteriormente, essas expedições, ou “campanhas”, unem as coroas europeias e o financiamento privado sob a bandeira da religião. Seu movimento natural aconteceu do centro para as pontas do continente, portanto, o Alto Paraguai só será alcançado na década de 1520, porém do sul para o norte.

Tal fato pode ser explicado por duas perspectivas. A primeira é que a comitiva de Pizarro encontrara a civilização Inca no Perú, o que concentrou os esforços espanhóis na conquista da região, que, além das lutas tratadas entre eles e os indígenas, dava o retorno em ouro e territórios, não sendo necessárias novas campanhas. A segunda é que as primeiras expedições em busca da lendária Serra de Prata se deram pelos portugueses (apesar do Tratado de Tordesilhas de 1494 tornar a região do Gran Chaco terras espanholas) desde o litoral brasileiro, onde hoje se localiza o estado Santa Catarina, passando pela bacia do Rio da Prata, até chegar ao Alto Paraguai. Tais expedições foram motivadas por notícias que corriam na península Ibérica no início século XVI, sobre uma literal montanha de prata governada por um rei branco. Passemos à investigação sobre tais expedições.

3.2 AS EXPEDIÇÕES

Abordaremos mais profundamente na presente pesquisa os relatos produzidos a partir de duas expedições que cruzaram o Chaco e atingiram o Alto Paraguai. A de Domingo Martinez de Irala, da qual o lansquenete²³ alemão Ulrico Schmidel fazia parte, cruzando

²³ Nome dado no século XV aos mercenários de infantaria alemães.

diversas vezes o Chaco entre 1535 e 1554, publicando em alemão depois de seu retorno à Europa o *Viaje al Río de la Plata* (1903 [1567]). E também o do *adelantado* espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que realizou sua viagem desde Santa Catarina até o Porto de los Reyes entre 1542 e 1543, produzindo posteriormente seus *Comentários* (1922 [1555]). Contudo, outras expedições que alcançaram o Alto Paraguai também serão abordadas no capítulo.

Cada um dos relatos tem suas especificidades e sua importância dentro da perspectiva de entender o contexto etno-histórico do Pantanal no século XVI. A leitura deles constitui indispensável complementariedade no entendimento dos povos indígenas do Alto Paraguai no século XVI. O objetivo da análise dessas que podem ser consideradas as fontes primárias da pesquisa, está em entender a representação da região do Pantanal e dos povos indígenas feita pelos espanhóis durante o processo de conquista e colonização da região.

Devemos, entretanto, assinalar alguns problemas que se impõe à análise de documentos produzidos há quase quinhentos anos atrás. Em primeiro lugar devemos considerar que “los nombres de grupos indígenas arrojados por las fuentes son extraños, muchas veces aislados, desconcertantes y “desesperantes”, diría Métraux” (COMBÈS, 2010, p. 21). Sendo assim, a atenção redobrada é indispensável na leitura das fontes.

Além disso

El lenguaje mismo de las fuentes coloniales presta a confusión. Los españoles hablan de “generaciones” de indios, de “parcialidades”, incluso a veces de “casas”, y la equivalencia no siempre es fácil con los términos más modernos (e igualmente cuestionados además en la literatura antropológica) de “etnia” o “comunidades”. En muchos casos, las “generaciones” nombradas sólo son aldeas (por ej. los “curiabanos”, de la aldea Curiavano), o sólo son un grupo de gente sujeta a un mismo jefe, como los “maripanos” del jefe Maripa. Es decir que son “parcialidades” (partes) de una “nación” o “generación”, y su proliferación en las fuentes no contribuye por cierto a aclarar el panorama, mucho menos si, cambiando el jefe, se llega a cambiar el nombre aplicado a su gente. A otras equivocaciones puede llevar el uso del término “pueblo”, que em español remite tanto a un asentamiento particular como a un grupo étnico (COMBÈS, 2010, p. 21-22).

Podemos perceber, além dos problemas acima assinalados, que “outro término omnipresente en las fuentes es el de “principal”, “indio principal”, que bien podría traducirse en general como “jefe”, pero que también podría designar a cabezas de linajes, de clanes, ancianos respetados, etc.” (COMBÈS, 2010, p. 22). O problema da nomeação de “parcialidades” também se impõe na análise das fontes, ou “en otras palabras, los términos que consideramos hoy como etnónimos y gentilicios pueden tener diferentes niveles de significaciones que, en el caso de los nombres quinientistas, quedan fuera de nuestro alcance” (COMBÈS, 2010, p. 23-24).

Prosseguindo, devemos admitir que

Otro problema es la existencia de numerosos nombres “genéricos” que pudieron aplicarse a diferentes grupos, en diferentes épocas y diferentes lugares: *timbú* por ejemplo, término guaraní que podría aplicarse a cualquier grupo humano que tenía costumbre de horadarse el labio; *nambikua* y variantes, del guaraní *nambi*: “oreja”, que se aplicaba a los diferentes grupos que los españoles llamaron “orejones”, sin que estos diversos grupos tengan ninguna relación entre sí. Entre los nombres genéricos se deben contemplar términos como “cario”, “guaraní” o “chiriguanes” por ejemplo, que fueron aplicados, a veces al mismo tiempo y por los mismos cronistas, a cualquier grupo guaraní-hablante. Esto no implica, ni mucho menos, que estos diferentes grupos se conocían, o que constituían “parcialidades” de una “misma nación” (COMBÈS, 2010, p. 24).

Todos esses problemas, caracterizados por quem já analisou os documentos quinientistas sobre os povos indígenas no Pantanal, acusam a dificuldade no entendimento das fontes e conseqüentemente na constituição do atual capítulo. Torna-se claro, portanto, a necessidade do minucioso questionamento imposto aos documentos, a fim de tornar inteligível a etno-história que aqui pretende-se abordar.

Poderíamos considerar ainda que

Las fuentes quinientistas permiten esbozar un panorama general de la región em los albores de la conquista española. Remontando el río o internándose “tierra adentro” a partir de Asunción, los exploradores del Paraguay viajan “de indios de indios” y van recabando informaciones en cada grupo sobre lo que les puede esperar más allá. Estas informaciones abarcan un marco geográfico que puede parecer sorprendentemente amplio, pues el nombre de

los carcaraes de Charcas, por ejemplo, es conocido en Asunción, y no solamente su nombre: se sabe que son productores del “metal blanco” (la plata) tan buscado por los conquistadores (COMBÈS, 2010, p. 28-29).

E finalmente que

De hecho, el comercio o el robo de meral entre los diferentes grupos es lo más sobresaliente de las informaciones y relaciones españolas – pues era también el principal punto de interés de los exploradores. Lo importante es que mediante es comercio, todos los grupos indígenas de una extensa región están interconectados: los tarapecocis reciben po ejemplo metal de los payzunos, quienes a su vez lo obtienen de los chanes, chimenoes, carcaraes y candires; los gueno, ymore y xarayes distribuyen el metal conseguido al oeste a lo largo del río Paraguay, a grupos como los xaquides, xacota, chanes, quigoaracoçi, yriacoxi, xabacoxi, deycoxi, turucoxi e guarhagui, etc. (COMBÈS, 2010, p. 28-29).

Tais perspectivas permitem compreender, conforme se demonstrou no capítulo anterior, o mosaico cultural existente em todo o Chaco desde antes da chegada dos europeus, e como os contatos interétnicos eram diversos. O tema permite que futuros trabalhos investiguem possíveis redes de relações existente no Pantanal antes do século XVI. Cabe aqui atentar para que o presente trabalho, assim como assinala Combès (2010, p. 23-26) não pretende ser “ni definitivo, ni completo, ni mucho menos afirmativo, de hecho está plagado de “tal vez”, posiblemente” y sólo en pocas ocasiones de optimistas “es probable””.

Passando para a fase de análise das fontes acima citadas, com as primeiras expedições que alcançaram o Pantanal, passando para o relato de Ulrico Schmidel, terminando com a crônica de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. Neste momento da pesquisa, pretende-se demonstrar como os cronistas representaram o Pantanal em seus perspectivas relatos, sendo que cada um descreveu a região ao seu modo, e entender o processo de conquista do Alto Paraguai no século XVI.

3.2.1 AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES

O imaginário europeu se aguçou ainda mais com a possibilidade de encontrar enorme riqueza no sul do continente americano e Portugal organizou uma expedição com Juan Díaz

de Solís para encontrar a Serra de Prata. Solíz, contudo, fora morto por índios (provavelmente Guarani) na confluência dos rios Paraná e Uruguai, o qual tinha batizado de Mar Dulce. Os integrantes da expedição sofreram um naufrágio no caminho de volta e os sobreviventes passaram a viver com os índios Meimbipe. Entre esses sobreviventes estava Aleixo Garcia, que “por volta de 1520, junto com seu filho, quatro companheiros de naufrágio e centenas de índios, (...) partiu a pé, em busca da Serra de Prata” (MARKUN, 2009, p. 126)²⁴.

A viagem de Aleixo Garcia, feita em parte pelo lendário caminho do Peabiru²⁵, alcançou o Alto Paraguai, chegando próximo ao império Inca, mas não fora relatada. Garcia foi morto no trajeto de volta, ao que parece, em confronto com os Payaguás descritos no capítulo anterior. Os sobreviventes, entre eles o irmão de Aleixo, retornaram com ouro e prata para o Mar Dulce, ou rio de Solís, como prova das riquezas de terra adentro e “com isso, o rio de Solís virou rio da Prata, e as duas maiores potências da época voltaram os olhos para a região e suas riquezas inimagináveis” (MARKUN, 2009, p. 127). Estudiosos apontam que se Aleixo Garcia tivesse encontrado Pizarro e seus homens que estavam logo acima de onde chegaram, a região teria sido conquistada do norte para o sul em uma dinâmica diferente da que está registrada na História. Mas, de fato, a História que se segue é outra.

A partir da década de 1530, toda uma rede de administração foi montada para exploração e colonização das novas terras, a partir do rio da Prata. Desse modo observamos que a conquista do Pantanal, ou Alto Paraguai, é uma consequência da conquista do rio da Prata. Dentro dessa rede administrativa vinculada às coroas Portuguesa e Espanhola, algumas expedições foram destinadas à região do Pantanal ou Alto Paraguai.

A grande quantidade de metais preciosos que Pizarro e seus homens encontravam no Peru fez com que Carlos V, rei da Espanha, entregasse a responsabilidade sobre a província do Rio da Prata a Pedro de Mendoza (dentro daquela perspectiva mista de investimento privado e legitimação real que fora apresentado anteriormente). Primeiro *adelantado* do rio da Prata, Mendoza recebera patrocínio privado e montara sua expedição, que contava, entre outros nomes, com “o alferes geral da infantaria Alonso Cabrera, e os capitães Felipe de

²⁴ Grifo nosso.

²⁵ “Em guarani, seria o Peabeyú (caminho antigo de ida e volta), Piapiry, Peavijú, Piabiú ou Tape Avirú. Já os jesuítas identificaram o conjunto de trilhas como sendo o caminho de São Tomé, apóstolo de Cristo que teria percorrido o continente muito antes de qualquer outro europeu” (MARKUN, 2009, p. 126).

Cáceres e Domingo Martinez de Irala” (MARKUN, 2009, p. 134), além do lansquenete alemão Ulrico Schmidel.

As exigências feitas pela coroa espanhola eram pesadas:

Além de instalar mil colonos na região e fundar três fortes, Mendoza deveria construir um caminho real até o Mar do Sul. Os espanhóis não sabiam que essa era uma tarefa impossível, pois ignoravam a extensão e altura da cordilheira dos Andes, que precisaria ser transposta pela nova estrada (MARKUN, 2009, p. 133).

Chegando ao rio da Prata em 1536, Mendoza e seus homens fundam o forte de Nossa Senhora de Buenos Aires, vivendo entre relações amistosas e conflituosas com os índios Charrua e Carendies (Querandí), que primeiramente lhes forneceram mantimentos, mas depois impuseram graves perdas aos espanhóis. Já sentindo as dificuldades impostas pelo ambiente, o *adelantado* despacha “seu braço direito, o alguazil Juan de Ayolas, à procura de uma região fértil e supostamente rica descrita por Caboto em seu mapa-múndi” (MARKUN, 2009, p. 136).

A expedição realizada por Juan de Ayolas no ano de 1537 foi a primeira a alcançar o Alto Paraguai. Ayolas “remontó el río Paraguay hasta um lugar que llamó La Candelaria, porque llegó ahí el 2 de febrero” (COMBÈS, 2010, p. 8). O local fundado por Ayolas ficou conhecido como Porto da Candelária (*Puerto de la Candelária*), e se tornou importante local da circulação fluvial dos espanhóis no Pantanal colonial. Sua localização sempre foi muito discutida, gerando diferentes interpretações (COMBÈS, 2010, p. 8).

Depois de fundar o porto da Candelária, Ayolas fez uma entrada à região, deixando em seu posto o capitão Domingo Martinez de Irala. Pedro de Mendoza, que não recebia notícias de seu braço direito a muito tempo, “enviou o jovem capitão Juan Salazar de Espinosa em busca de Ayolas. Durante a viagem, Espinosa fundou o forte de Nossa Senhora de Santa María de la Asunción, futura capital da província” (MARKUN, 2009, p. 138). Assunção, como será nomeada mais tarde, desempenhará papel estratégico nas futuras expedições em busca de metais preciosos e conquista dos índios no Chaco e Pantanal.

Enquanto Assunção era fundada no médio rio Paraguai por Espinosa, Buenos Aires passava por inúmeras dificuldades, que resultou no retorno de Pedro de Mendoza para a Espanha. O primeiro *adelantado* do Rio da Prata, contudo, não chegou ao seu destino final,

perecendo em alto mar no caminho de volta. Com isso, os investidores de Mendoza conseguiram que a coroa espanhola enviasse dois navios de auxílio a Buenos Aires. Podemos considerar que:

Em mais um indício da esperança geral de que o Rio da Prata faria jus ao nome, num deles seguia Alonso Cabrera, agora com o posto de inspetor de minas. Além da autoridade para controlar a exploração de qualquer jazida, Cabrera levava ordens de confirmar no posto o homem que Mendoza tivesse deixado no comando da província. Em caso de dúvida, ou da vacância do poder, conquistadores e colonos poderiam eleger um novo dirigente (MARKUN, 2009, p. 138).

A chegada de Cabrera a Buenos Aires em 1538 causou uma disputa pelo poder da província do Rio da Prata. Mendoza deixara Francisco Ruiz Galán no comando de Buenos Aires. Espinosa continuava a procurar Ayolas, sucessor imediato de Mendoza. Irala, que aguardou Ayolas no Porto da Candelária por meses, sem notícias do oficial, desceu a Assunção. Galán resolvera subir de Buenos Aires a Assunção e, depois de chegar ao forte, “prende Irala, sob acusação de abandono do posto. Mas logo recuou, diante dos argumentos do capitão e da pressão de outros oficiais. Como Ayolas não regressou, os colonos resolveram ir às urnas, digamos. Irala nem precisou disputar: foi aclamado governador” (MARKUN, 2009, p. 139). Domingo Martínez de Irala é dessa maneira considerado primeiro governador de Assunção.

Depois de procurar mais uma vez por Ayolas e a Serra de Prata, sem sucesso, Irala “decidiu concentrar em Assunção todos os espanhóis, mandando despovoar Buenos Aires” (MARKUN, 2009, p. 139), que já não estava tão mal. A imposição de sua decisão, contrariando a vontade de muitos colonos, pode nos dar alguma ideia sobre o modo “forte” de Irala governar, o que deve ter colaborado para ele ser denominado algumas vezes como autoritário e ter tido uma conhecida desavença com o segundo *adelantado* do Rio da Prata, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, como veremos adiante.

Em Assunção, a

Nova capital do Rio da Prata, Irala distribuiu terras e casas, construiu uma paliçada, organizou um gabinete e nomeou autoridades – atos que ajudaram a transformar o forte precário numa cidade de verdade, cujo nascimento foi juridicamente formalizado em 16 de setembro de 1541 (MARKUN, 2009, p. 139).

Irala ainda faria duas expedições pelo Alto Paraguai, a primeira entre 1542 e 1543, e a segunda entre 1547 e 1548, a qual pode ser considerada “el primer viaje trans-Chaco exitoso de los españoles de Asunción” (COMBÈS, 2010, p. 9). Passemos aos relatos de Ulrico Schmidel e Alvar Nuñez Cabeza de Vaca

3.2.2 O RELATO DE ULRICO SCHMIDEL

Ulrico Schmidel²⁶ nasceu na Alemanha, região da Baviera, provavelmente antes de 1511, data aceita para a morte de seu pai. Proveniente de uma família nobre, não há notícias sobre sua juventude, mas é provável que tenha recebido alguma escolarização, pela sua capacidade de redação averiguada em seu relato.

Em 1534 alistou-se como “simple soldado voluntario con el propósito de dirigirse al nuevo mundo, de que se contaban tantas maravillas” (MITRE, 1903, p. 22). A expedição na qual Schmidel veio para a região do rio da Prata foi a de Pedro de Mendoza, abordada anteriormente.

A expedição partiu de Cádiz, em primeiro de setembro de 1534, chegando ao Rio de Janeiro, passando por Santa Catarina, até alcançar o Rio da Prata em 1535. Schmidel participa da fundação de Buenos Aires e das primeiras tentativas dos espanhóis em dominar e conquistar o ambiente pantaneiro e os indígenas da região, a saber

En 1536-1537 formó parte de la expedición de Ayolas, sucesor de Mendoza, subiendo los ríos Paraná y Paraguay para descubrir nuevas tierras, y fue uno de los fundadores de la Asunción, después de asistir a todos los combates que precedieron a este establecimiento. Desde entonces continuó militando bajo la bandera de Domingo Martínez de Irala, de quien fue constante partidario, y a cuya proclamación como jefe de la reciente colonia, por el voto de los conquistadores, concurrió, haciéndole como historiador la justicia que la posteridad le ha hecho. Volvió a Buenos Aires; y enviado a la costa del Brasil formando parte de un convoy en busca de víveres, naufragó a la entrada del Río de la Plata en 1538, presenciando el año 1541 el abandono de la primera población de Buenos Aires, fundada en el Riachuelo (MITRE, 1903, p. 24-25).

²⁶ Para maiores informações sobre o nome Ulrico Schmidel vide (MITRE, 1903, p. 13-20).

Apesar de Schmidel estar presente nos principais eventos da empreitada europeia no Chaco, não tem papel de destaque em nenhuma delas, servindo apenas como lansquenete. Como partidário de Irala, narra com fervoroso desprezo a passagem de Cabeza de Vaca como *adelantado* do rio da Prata, porém não mereceu nenhuma menção deste em seu relato. Além do já relatado acima

Schmidel acompañó a Irala en todas sus empresas y trabajos, mereciendo su confianza, a pesar de no ser sino un soldado raso. En seguimiento de su caudillo cruzó el Chaco, en 1548, hasta el Alto Perú, donde los conquistadores del Río de la Plata se encontraron en la ciudad de La Plata con los del Perú, pasando los emisarios de Irala hasta Lima (MITRE, 1903, p. 26).

Schmidel, portanto, participou tanto das primeiras entradas dos espanhóis no Pantanal, quanto da descoberta de que procuravam uma região que já havia sido conquistada. Após receber uma carta de seu irmão solicitando seu retorno, do qual não se sabe o motivo, volta à Europa em 1554, publicando suas memórias em 1564 na Alemanha²⁷. Não há acordo sobre a data de sua morte, provavelmente deu-se no ano de 1581.

Dessa maneira, devemos observar que Schmidel cruzou o Chaco de norte a sul, descrevendo o ambiente e muitos povos indígenas com os quais manteve contatos, amistosos ou não. Sendo assim, seu relato torna-se importante para entendermos a constituição étnica do Pantanal do século XVI.

É ainda interessante atentar para que seu relato

Se limita por lo general a narrar lacónicamente los hechos, malos o buenos, sin reprobarlos ni aplaudirlos, y sólo una que otra vez formula una condenación relativa, o consigna el juicio de la colectividad a que pertenecía, y de cuyas pasiones participaba con una templanza rara en un aventurero de aquella época, tratándose de salvajes que sus contemporáneos consideraban poco menos que bestias. La fidelidad a su caudillo de elección es otro de sus rasgos característicos (MITRE, 1903, p. 30).

²⁷ Para a relação completa das traduções da obra de Ulrico Schmidel vide (MITRE, 1903, p. 6-13).

Passando à análise do relato de Schmidel, como assinalado anteriormente, Schmidel parte de Amberes, Espanha, em 1534, na expedição de Pedro Mendoza, primeiro *adelantado* do Rio da Prata. Chega ao Rio de Janeiro no mesmo ano, relatando a existência de índios Tupi no local. Em todo seu relato, Schmidel utiliza o etnônimo Guaraní apenas uma vez (Cap. XII, p. 154), contudo, não diferencia a existência de diferentes gerações destes. Denomina apenas os Carió, seus acompanhantes durante todo seu percurso, desde o litoral brasileiro, até o Alto Paraguai. Tal fato pode ser explicado considerando que “su nombre se volvió rápidamente sinónimo de “guaraní-hablante”, al igual que poco después el término “chiriguanaes” (COMBÈS, 2010, p. 86).

Do Rio de Janeiro a expedição parte para Santa Catarina, navegando posteriormente pelo rio Paraná até chegar em 1535 na bacia da Prata, onde fundam a primeira cidade de Buenos Aires. Próximo à cidade, Schmidel localiza os Charrua e os Carendies (Querandí), com quem mantiveram muitas batalhas antes da fundação do forte, tornando-se eles, contudo, os principais fornecedores de mantimentos para os espanhóis posteriormente.

Já nos primeiros meses após a fundação, uma grande fome mata muitos espanhóis em Buenos Aires, e Schmidel passa a mostrar maior atenção com o ambiente e sua sazonalidade, nomeando muitos mantimentos necessários à sobrevivência no ambiente, como a Mandioca (*Manihot esculenta*) e o Milho (*Zea mays*). É interessante observar que a existência desses tipos de alimentos em todo o Chaco indica que a prática de uma agricultura básica estava bastante disseminada na região antes da chegada dos espanhóis, provavelmente provocada pelas ondas migratórias demonstradas no capítulo anterior.

Além dos Carendies e Charrua citados anteriormente, Schmidel indica que os Timbu, um termo que significa “de narizes furados em guarani: se trata assim de um nome genérico, que pode ser aplicado a qualquer conjunto humano que tenham esse costume” (COMBÈS, 2010, p. 287), atacaram Buenos Aires logo após sua fundação. O trato com os indígenas demonstrado por ele difere do relato de Cabeza de Vaca, pois segundo Schmidel, os espanhóis utilizavam a força contra os indígenas, mantendo-os ou roubando-os para fazer valer sua vontade, muitas vezes motivadas por necessidade de provisões, segundo o autor. A visão dos indígenas não se deixa transparecer no relato do alemão, também ao contrário do que muitas vezes parece acontecer no texto de Cabeza de Vaca.

A forma encontrada pelos espanhóis para conseguirem mantimentos em períodos de fome era realizando trocas com os indígenas. Schmidel deixa claro isso em todo seu relato, o que está em consonância com o relato de Cabeza de Vaca. A realização de trocas entre espanhóis e indígenas pode assinalar que os últimos já realizavam tal prática nos contatos interétnicos pré-coloniais.

Após a saída dos espanhóis da antiga Buenos Aires rio Paraguai acima, em busca de metais e da lendária Serra de Prata, também fugindo da fome segundo Schmidel, o lansquenete narra que passaram quatro anos entre os Timbu, que eram um povo muito grande e tinham muitos mantimentos.

Conforme abordado anteriormente, após quatro anos de espera, chega a Buenos Aires Alonso Cabrera, mandado da Espanha para socorrer os conterrâneos na América do Sul. Os espanhóis decidem então subir o rio Paraná em busca do rio Paraguai aonde estavam os Cario, detentores de muitos mantimentos. O conhecimento da existência do rio Paraguai e dos Cario, nas imediações de onde seria fundada Assunção, aponta para o fato de que os espanhóis estavam sendo guiados por indígenas Guarani-falantes.

Partindo do porto Boa Esperança, fundado logo acima de Buenos Aires, e subindo o rio Paraná, encontram-se primeiramente com os Coronda, uma provável geração pampeana, pela semelhança atesta com os Timbu (Cap. XVI), considerando os dados de Susnik (1978). Continuando a viagem, ainda no Paraná, chegam à grande população dos Quiloaza, da qual Schmidel assinala para quarenta mil pessoas que vivem na margem esquerda do rio Paraná (Cap. XVII, p. 164). Após os Quiloazas encontram os Macoretá vivendo com dezoito mil pessoas na margem direita do Paraná, segundo o autor.

Navegando pelo Paraná acima, Schmidel atesta para a existência dos Chaná-Selvagens, que se diferencia das outras gerações e assemelha-se com os Guarani-falantes. Também cita os Mahueradei, Macharade e Mapene. De todas essas gerações pouco se sabe, além de que estavam nas margens do rio Paraná, próximos à afluência com o rio Paraguai. Eram provavelmente gerações de indígenas pampeanos que realizavam intensos contatos interétnicos, principalmente com os Guarani-falantes.

Após atingirem o rio Paraguai, Schmidel relata o encontro com os Kueremagbei, do qual também quase nada se sabe. Navegando rio acima encontram os Agace, povo filiado à família linguística Guaikuru, pertencentes à etnia Payaguá, descrita no capítulo anterior, dos

quais o relato de Schmidel vai ao encontro. Depois dos Agace chegam aos Cario, dos quais Schmidel faz um denso relato, atestando a existência de antropofagia entre estes (Cap. XX, p. 171-172), além de indicar que eles possuíam nucleações ao longo do rio, como a de Lambaré, provavelmente o nome de um chefe principal, na qual os espanhóis conseguiram destruir, não sem uma intensa guerra na qual houve grande mortandade de ambos os lados (Cap. XXI, p. 173-176).

Após a conquista da cidade de Lambaré, os espanhóis fundam a cidade de Nossa Senhora de Assunção, a primeira Assunção, em 1536²⁸, conforme demonstrado anteriormente, e celebram um contrato com os Cario, que passam a servir os espanhóis e acompanhá-los em suas guerras, a primeira realizada contra os Agaces (Cap. XXII, p. 177). Nessa guerra realizada contra os Agace, os espanhóis realizam uma entrada na qual encontram os Xaraye, Caracará, Payaguá, Payzuno, Naperu e Mbayá-Guaikuru, abordados no capítulo anterior.

O relato de Schmidel corrobora com o de Cabeza de Vaca, situando essas populações entre Assunção e Porto de los Reyes. Nessa primeira entrada os espanhóis fundam o importante Porto da Candelária. Apesar da causa principal apontada por Schmidel para a entrada ser a guerra contra os Agace, e posteriormente Payaguá e Guaikuru, podemos observar que a procura por metais preciosos norteia todo sentido da expedição, que não consegue chegar ao Peru.

Após a volta dos espanhóis para Assunção, Schmidel aponta que Irala foi escolhido para substituir Ayolas no comando espanhol, conforme vimos anteriormente, naquela rusga ocorrida entre Irala e Francisco Ruiz Galán. Sobre o comando de Irala os espanhóis retornam a Buenos Aires em 1541, fundando o porto de Corpus Christi, que será destruído em guerra contra os Timbu, deixando muitos mortos de ambos os lados.

Schmidel retorna com Irala à Assunção quando tomam conhecimento da vinda de Cabeza de Vaca como *adelantado*. Acompanhando este em suas entradas ao Pantanal, mais uma vez ratifica em seu texto a existência dos “Orejones” e das já mencionadas populações. Cita também os Yacaré, provavelmente os Artanese mencionados no relato de Cabeza de Vaca (COMBÈS, 2010, p. 331). Schmidel indica que acompanhando Hernando de Ribera, ordenado por Cabeza de Vaca, procura alcançar por terra adentro, provavelmente a noroeste

²⁸ Quevedo (1903) aponta a fundação de Nossa Senhora de Assunção para o ano de 1537.

de porto de los Reyes, a região amazonense, terra das amazonas²⁹, guiados por informações recebidas dos Siberi e Urtuese (Ortuese), possivelmente populações Xaraye (COMBÈS, 2010).

Após essa entrada, e as muitas mazelas provocadas por ela, realizada em época de cheia, Schmidel toma partido de Irala na sublevação contra Cabeza de Vaca. Após o então *adelantado* ser enviado de volta a Espanha como prisioneiro, Schmidel narra que houve muita instabilidade entre os espanhóis, e que entraram em guerra contra os Agace, com a ajuda dos Cario e dos Guatata, que seriam uma geração dos Guaikuru. A descrição das batalhas revela parte da cultura material das etnias envolvidas. Nessa parte do relato aparece pela primeira vez a menção de um escalpo realizado por um indígena Guaikuru.

Após um longo período de batalhas, os espanhóis conseguiram conquistar várias populações, ao que tudo indica de diferentes chefes principais, como o Tabaré, o Karaíba Yeruquihaba e Xexuy, dos quais alguns poderiam ser inclusive Guarani-falantes, pois os Cario se transformaram em inimigos dos espanhóis em meio à batalha, revelando que os indígenas poderiam utilizar a aliança com os espanhóis a seu favor em antigas guerras interétnicas, aproveitando um descuido das outras tribos.

Schmidel assinala que essa guerra durou até 1546, e em 1548, Irala resolve realizar nova entrada pelo Pantanal, tentando alcançar o Peru, em sentido noroeste mais uma vez. Entram desde Porto de los Reyes pelos já mencionados Naperú, passando pelos Payaguá e Guaikuru, agora nomeados Mbayá. Schmidel revela que os Mbayá, na época dessa entrada, não possuíam cavalos. Sendo assim, há possibilidade de que os cavalos tenham sido incorporados à cultura Mbayá a partir desse contato. Os Mbayá também foram nomeados por Schmidel em Mayaeide e Maiaie, sendo os primeiros, provavelmente, os Kadwel que viriam a ocupar a Serra da Bodoquena.

Em sentido noroeste, Schmidel narra, respectivamente, o encontro com as seguintes etnias: Chané, já descritos acima; Chamacoco ou Chiquito, etnôminos que poderiam ser empregados pelos Guarani-falantes a diferentes populações (COMBÈS, 2010); Payhono (Payono), localizados “entre os Toyana e Mayágon” (COMBÈS, 2010, p. 235); Toyana

²⁹ Os espanhóis, através de notícias que corriam entre os indígenas, assim como a da Serra de Prata, imaginavam existir acima do Alto Paraguai uma sociedade indígena com mulheres que montavam a cavalo e detinham inúmeras provisões e riquezas, daí o motivo da entrada ordenada por Cabeza de Vaca.

(Thohana), prováveis vassallos dos Mbayá; Moriono (Morrone), possíveis Moro (COMBÈS, 2010, p. 208); Perrono e Sunenno (Zatieno), dos quais quase não temos referências, podendo ser gerações Chané; Guorcono (Borkene), Caçadores que se localizavam entre os Simeno e os Layono (COMBÈS, 2010, p. 169); Carcono, vizinhos dos Guorcono; Mayágono (Maygenno), os quais mantiveram boas relações com os espanhóis, abastecendo-os de mantimentos (COMBÈS, 2010, p. 198); Gorgotoqui, geração de indígenas que viviam no local de fundação da primeira Santa Cruz la Vieja, por Ñuflo de Chavez; e por último os Macasi, que vivam a margem do rio Guapay, ou Grande.

Durante todo o caminho, Schmidel descreve o intenso ambiente, os animais, peixes e mantimentos existentes entre os indígenas, além dos costumes deles, que saltam muito aos olhos do alemão. Após essa entrada, feita de povos em povos, os espanhóis chegaram ao Perú, ainda em 1548, e reconheceram que lá estava a terra de riquezas que tanto procuravam, conforme descreve Schmidel, relatando que

Esta tierra del Perú era a todas luces delante de Dios y del mundo, de él *Consulo Piesiro*, en razón de que él junto con sus hermanos *Margose* (el Marqués) y *Ernando Piesieron* (Hernando Pizarro), habían sido los primeros de todos que descubrieron y conquistaron la tierra del tal reino. Esta tierra con razón se llama tierra rica; porque todas las riquezas que posee la Cesárea Majestad salen del Perú y de *Nove Hispaniam* (Nueva España) y *Terra firma* (Tierra Firme) (SCHMIDEL, 1903, p. 267).

Irala, governador de outra jurisdição (província), não poderia entrar com seu exército onde já havia *encomiendas* de espanhóis, dessa maneira

Mandó a cuatro españoles a comunicarse con las diferentes autoridades, dos a Charcas y dos a Lima. Ñuflo de Chaves fue uno de los españoles enviados a Lima. Estos cuatro españoles fueron los primeros – que sepamos – en cruzar la frontera de lo que había sido el imperio incaico desde el oriente (JULIEN, 2008, p. 7).

Segundo o relato de Schmidel, ele fora um dos quatro espanhóis escolhidos por Irala para ir até o Peru, e lá teria recebido uma carta de seu irmão, solicitando seu retorno à Europa, o que fez em seguida, retornando pelo Pantanal até o porto de São Vicente, em Santos.

O relato de Schmidel permite realizar um mapeamento étnico do rio Paraná, abaixo da influência com o Paraguai, e do caminho de Porto de los Reyes, até a primeira Santa Cruz, la

Vieja, além de corroborar com os dados do relato de Cabeza de Vaca. Por isso torna-se tão importante no entendimento da etno-história do Pantanal do século XVI.

3.2.3 O RELATO DE ALVAR NUÑEZ CABEZA DE VACA

Como não existe material histórico desacompanhado de um sujeito, buscaremos inicialmente compreender o nosso. Devemos iniciar considerando que

Álvar Núñez Cabeza de Vaca es uno más de la larga lista de cronistas que por una u otra razón participaron en la enorme gesta ibérica de la evangelización, conquista y colonización de las Américas, el Pacífico, Asia y África, buena parte del Mediterráneo y Europa en el siglo XVI (MAURA, 2011, p. 11).

Nascido, ao que tudo indica entre 1487 e 1488, em uma família de conquistadores espanhóis, o “terceiro filho (e primeiro varão) do casal Francisco de Vera e Teresa Cabeza de Vaca” (MARKUN, 2009, p. 14-15) carregou esse nobre sobrenome pelo fato de um antepassado de sua mãe Tereza, chamado Martin Alhaja, ter assinalado com um crânio de vaca uma passagem entre as rochas da Serra Nevada, que serviu de fuga para os exércitos de Castela, Navarra, Aragão e Portugal, durante a “batalha de Navas de la Tolosa, decisivo confronto entre cristãos e muçulmanos ocorrido em 16 de julho de 1212 ao sul de Madri” (MARKUN, 2009, p.15).

Cabeza de Vaca desde muito novo manteve-se ligado à emergente e tumultuada máquina estatal espanhola, em uma sociedade agitada pelo furor das novas navegações, alistando-se muitas vezes para servir em batalhas ou realizando serviços burocráticos. Sua escolha como tesoureiro para a expedição de Pánfilo de Narváez parece estar ligada com o fato de ter servido na casa de Medina Sidonia, o mais rico e influente castelo da Espanha no final do século XV (MAUKUN, 2009). O cargo de “Alvar Núñez es el de camarero, oficio de calidad suficiente para ser desempeñado por un miembro de familia tan ilustre como la suya” (MAURA, 2011, p. 12).

A referida expedição, que partiu da Espanha para a Flórida em junho de 1527, durou oito anos e é apontada por muitos historiadores como uma das mais fracassadas expedições espanholas. Após a expedição, Cabeza Vaca volta à Europa em 1537 e publica seu

Naufregios, onde narra os acontecidos nessa viagem e se torna relativamente famoso na Espanha. Sobre essa obra, podemos considerar que

Naufregios es uno de los exponentes más importantes de su género y una de las más populares en su tiempo. La primera edición de Naufregios fue publicada en 1542 em Zamora (Espanha) y en 1555 se editaría una segunda edición, dividida en capítulos y com la adición de la historia de su segundo viaje al continente (Brasil, Argentina y Paraguay) conocida como Comentarios y publicada en Valladolid. Ya en 1554 aparece la primera traducción al italiano de Naufregios realizada por el veneciano Giovanni Battista Ramusio. Desde entonces, ha sido traducida a muchas otras lenguas (MAURA, 2011, p. 16).

De volta à Espanha

En agosto de 1537, tras la fracasada expedición de Pánfilo de Narváez, Alvar Núñez se embarcó nuevamente en diciembre de 1540, esta vez como adelantado, gobernador y capitán general del Río de la Plata, aunque bajo la condición de que el desaparecido Juan de Ayolas hubiera muerto. Tras volver a naufragar, esta vez cerca de la costa de Brasil, em la isla de Santa Catalina (donde se encuentra hoy la floreciente ciudad brasileña de Florianópolis), a donde llega a finales de marzo de 1541 (MAURA, 2011, p. 25).

O fato de Cabeza de Vaca ter sido mandado como *adelantado* do Rio da Prata, o que irá gerar conflitos com Irala que pensava ocupar tal cargo, demonstra que a coroa espanhola não recebia notícias de sua província na América do Sul há algum tempo. Após desembarcar em 1541 no litoral brasileiro, teria chegado aos espanhóis “um pequeno barco com nove espanhóis totalmente nus, fugidos dos maus-tratos dos oficiais que comandavam Buenos Aires” (MAUKUN, 2009, p. 149). Esses espanhóis teriam dado a Cabeza de Vaca e seus homens, informações sobre a morte de Ayolas e os maus-tratos que sofreram do capitão Domingo Martinez de Irala, que fora acusado também de ser responsável pela morte do alguazil. Essa história, “no mínimo nebulosa, pois Buenos Aires fora despovoada fazia mais de um ano” (MAUKUN, 2009, p. 149), parece ter sido motivada pelo fato de Irala mudar a capital da província sem o consentimento de todos os espanhóis, e parece ter colaborado para a antipatia que Cabeza de Vaca demonstra nutrir por Irala nos *Comentarios*.

“Diante da informação de que havia colonos a serem socorridos tanto em Buenos Aires como em Assunção (e certamente embalado pelo sonho de alcançar a Serra de Prata, imitando o feito de Aleixo Garcia)” (MAUKUN, 2009, p. 150), Cabeza de Vaca decidiu rumar para a recém-fundada cidade de Assunção. Após um longo percurso, percorrido sempre

com a presença de indígenas, e marcado pela intensa batalha travada com o ambiente Chaquenho, Cabeza de Vaca chegou a Assunção no ano de 1542. Podemos considerar que

En su camino a Asunción, el grupo de Cabeza de Vaca exploró por primera vez el territorio de las cataratas del Iguazú. Después de atravesar las selvas del Brasil, llegará a la Asunción donde se enterará de la muerte de Juan de Ayolas y, tras presentar sus credenciales, exigidas por Domingo de Irala, pasará a hacerse cargo de la gobernación de la colonia en 1542. Una vez allí, llevó a cabo varias expediciones al interior de esos territorios y, con el apoyo de los indios guaraní, intentó pacificar varios grupos como el de los guaycurues (MAURA, 2011, p. 25).

Realizando as ponderações necessárias ao uso de uma biografia, que raramente realiza críticas ao biografado, devemos considerar a particularidade da expedição de Cabeza de Vaca, e da política indígena empregada por este. O que certamente não destoa esta das outras expedições realizadas à época das Grandes Navegações, é que estava fundada sobre três aspectos: em servidão à Coroa Espanhola ou Portuguesa; em nome de Deus, e principalmente da Igreja; e em busca de Ouro e Prata.

Cabeza de Vaca permaneceu de 1542 a 1543 em Assunção, realizando expedições rio Paraguai acima e terra adentro, até ser preso e mandado como prisioneiro para a Europa, onde respondeu a um processo de espúrio³⁰. Julgado, recebeu duas penas, a última “em 23 de Agosto de 1552, seis anos após o primeiro interrogatório (e um ano e cinco meses depois da primeira condenação)”, que, além de proibi-lo de voltar ao Rio da Prata, condenava Cabeza de Vaca a “pagar as dívidas contraídas desde que voltara à Espanha” (MARKUN, 2009, p. 245). Publicou em 1555 seu segundo livro, *Comentários*, que acabou “se transformando num misto de libelo e ajuste de contas, em que os inimigos do governador não foram poupados” (MARKUN, 2009, p. 248).

A data e o local da morte de Cabeza de Vaca causa muita confusão, girando entre os anos de 1557, 1559 e 1564, nas cidades de Valladolid ou Sevilha. Observamos que Alvar Nuñez Cabeza de Vaca foi um dos conquistadores do Pantanal que investiram seu tempo e riquezas em busca da Serra da Prata e do Rei Branco, que existindo fora da maravilhosa imaginação europeia, foram descobertos e conquistados por Pizarro no Peru. E sendo sua

³⁰ Contrário às regras. = ILEGÍTIMO, ILÍCITO, INOPORTUNO. "espúrio", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/esp%C3%B1ol>.

descrição dos indígenas de fundamental importância para o entendimento do contexto etno-histórico do Pantanal do século XVI, passemos à sua análise.

Consideremos primeiramente que “en efecto, tanto Naufragios como Comentarios contienen una elaborada combinación de elementos reales y concretos, moldeados y prefigurados en una estructura de crónica o relación realizada al gusto y beneficio de su autor” (MAURA, 2011, p. 18).

Logo na chegada da expedição ao litoral brasileiro, ele envia seus comandados “para tomar lengua y informarse de los indios naturales de aquella tierra, porque por ventura acaso podrían saber del estado en que estaba la gente española que iban a socorrer, que residía en la provincia del Río de la Plata” (CABEZA DE VACA, 1922, p. 158), referindo-se então a Buenos Aires.

O primeiro contato estabelecido é com os Guarani-falantes, que já haviam sido contatados por espanhóis e portugueses, os quais haviam deixado inclusive algumas desavenças, das quais quando Cabeza de Vaca tomou conhecimento e “procuró sosegar y pacificar los indios, y recogió los frailes, y puso paz entre ellos, y les encargó a los frailes tuviesen cargo de doctrinar los indios de aquella tierra y isla” (CABEZA DE VACA, 1922, p. 159). Tal característica no tratamento dos indígenas irá acompanhar todo o relato de Cabeza de Vaca, junto com a sua preocupação de transformá-los em cristãos, fazendo com que os freis e clérigos estejam sempre a cargo desse trabalho. É importante também atentar para o fato de que, sendo os Guarani-falantes os principais interlocutores entre os espanhóis e os demais povos indígenas no Pantanal do século XVI, os etnônimos utilizados no relato são em sua maioria provenientes da língua Tupi, tronco linguístico da qual as línguas Guarani fazem parte, conforme demonstrado no segundo capítulo do presente trabalho.

Após o contato com os espanhóis que foram de barco de Buenos Aires a Santa Catarina, como descrito anteriormente, Cabeza de Vaca toma conhecimento do ocorrido com Juan de Ayolas, da existência da cidade de Assunção, e dos Payaguá e Chané que haviam matado Ayolas, além dos Cário, uma geração de índios Guarani serão os principais interlocutores entre espanhóis e os demais povos indígenas no Pantanal.

Cabeza de Vaca parte então de Santa Catarina para Assunção em dezoito de outubro de 1541, deixando na ilha alguns freis para cristianizar os indígenas. Durante sua caminhada até Assunção, Cabeza de Vaca relata os rios pelos quais navega e as intensas trocas realizadas

com os indígenas, que lhes abastecem de mantimentos em troca de produtos espanhóis manufaturados. Observamos que

Só no primeiro capítulo do livro, em nada menos que seis momentos, os nativos vêm de longe recepcionar os espanhóis, carregando mantimentos que oferecem generosamente. A expressão “grande prazer” e os termos *contentes* e *alegres* aparecem cinco vezes cada, ao longo do texto; o “bom tratamento” que o governador dispensa aos índios é mencionado três vezes, bem como o espírito “pacífico” destes. Os presentes dados pelos europeus – e em particular pelo governador – são sempre “régios”, “generosos”, “abundantes”. Igualmente será a comida recebida pelos conquistadores (MARKUN, 2009, p. 152).

Essa visão no trato com os indígenas transparecida no texto de Cabeza de Vaca parece conter muitos aspectos de sua experiência anterior no norte do continente Americano, no qual após vários *Naufrágios*, ele passou longo tempo entre os nativos. Ponderemos que “o que estava em jogo, na verdade, era o privilégio de negociar com os índios, do qual o governador não queria abrir mão” (MARKUN, 2009, p. 156), e que servirá posteriormente para sua defesa, frente aos destratos cometidos por Irala para com os indígenas, segundo Cabeza de Vaca.

De Santa Catarina até o Rio Paraguai, Cabeza de Vaca assinala que navegou, entre outros rios, pelo Iguazu e pelo Paraná, sempre acompanhado de indígenas Guarani-falantes de diversas gerações e diferentes *modus vivendi*, contatando diversos chefes principais, os quais os abasteciam e efetuavam as sabidas trocas, refazendo assim em parte o caminho do Peabiru.

O ambiente marcante mereceu atenção especial de Cabeza de Vaca durante seu caminho, pois sempre destacava alguns barcos e pessoas de sua expedição para procurarem outras rotas e contatarem diferentes gerações de indígenas, as quais muitas vezes eram atacadas ou perdiam-se. Destacou também que essa se tratava da “la mas fertil tierra del mundo muy aparejada para labrar y criar” (CABEZA DE VACA, 1555, p. 137).

Cabeza de Vaca chega a Assunção em onze de março de 1542, tomando seu posto de *adelantado* perante todos os espanhóis. Em pouco tempo manda socorro aos espanhóis que ainda permaneciam em Buenos Aires e que “a los índios que habitavan en el rio del Parana, por donde avian de navegar, les hiziessem Buenos tratamientos, y los truxessen de paz a la obediencia de su magestad” (CABEZA DE VACA, 1555, p. 148). Essa passagem é um dos exemplos da política indigenista que Cabeza de Vaca tentou implementar sem sucesso durante o processo de conquista ibérica no Pantanal.

No capítulo XVI do Comentários (1555, p. 149-150), Cabeza de Vaca descreve o ritual antropofágico dos Guarani-falantes que residem próximos a Assunção, possivelmente os Cario. No capítulo que se segue, localiza os Agace, descritos anteriormente, “a la ribera deste rio del Paraguay”, sendo essa “una gente muy temida de todas las nasciones de aquella tierra” (CABEZA DE VACA, 1555, p. 151).

Cabeza de Vaca narra a todo o tempo os conflitos existentes entre os Guarani e os Guaikuru. Devemos considerar que os primeiros souberam utilizar o fator de se aliarem aos espanhóis para alterarem a dinâmica de relações interétnicas com os guerreiros Guaikuru, que a todo o tempo atacavam os Guarani. Além disso, os Agace, ou Guaikuru, estabeleciam e rompiam alianças com espanhóis o tempo todo, também aproveitando a presença dos espanhóis para alterarem a dinâmica de relações interétnicas.

Após alguns meses em Assunção, administrando a instável relação entre indígenas e espanhóis, com revoltas e uma alteração na política indigenista, Cabeza de Vaca organiza em julho de 1542 uma expedição rio Paraguai acima, contando mais uma vez com a ajuda dos Guarani. Estes o auxiliam no caminho, tanto como guias, quanto como mão de obra para carregar materiais (inclusive os barcos, se necessário) e tradutores.

Sempre com a presença ameaçadora dos Guaikuru, caminhavam de povos em povos, buscando convertê-los, e torná-los “amigos da coroa”, mas acima de tudo, encontrar a Serra de Prata e o tesouro roubado de Juan de Ayolas quando da sua morte, o que nem sempre fica claro no texto.

Os primeiros indígenas relatados nessa expedição foram os Merchirese e Guatatae, ao que tudo indica populações Guarani e Guaikuru falantes, respectivamente, situadas ao longo da costa do rio Paraguai. Ao que tudo indica essa primeira expedição de Cabeza de Vaca rio Paraguai acima, foi motivada pela tentativa de “conquistar” os Guaikuru, pois a perseguição destes está presente em todo o texto.

Outra população encontrada na costa do rio Paraguai foi a dos Yaporúe, ou Naperú, assim como a dos Aperú, que possivelmente são o mesmo grupo, e ao que tudo indica trata-se de uma população Guaikuru-falante (COMBÈS, 2010, p. 167).

Essa primeira entrada de Cabeza de Vaca provavelmente durou cerca de quatro ou cinco meses, voltando os espanhóis para Assunção após esse período. A ajuda aos espanhóis e o repovoamento de Buenos Aires torna-se preocupação principal do governo de Cabeza de Vaca, talvez pelo fato de Assunção estar fortalecida no começo de 1543. Porém, “na

madrugada de 4 de fevereiro, uma cabana de palha situada bem no meio do povoado pegou fogo. Em minutos, o vento espalhou a chama para todos os lados” provocando um indêncio que, segundo relatos, “durou quatro dias e quatro noites, e destruiu 80% das casas” (MARKUN, 2009, p. 176).

Logo em seguida, ainda em fevereiro de 1543, Irala voltara de uma entrada que havia feito pelo rio Paraguai acima, com a notícia que houvera localizado próximo ao local denominado Porto de los Reyes os Çacoci-Chané, possivelmente uma das várias tribos que compõe os denominados “Orejones” (COMBÈS, 2010, p. 220). Irala ainda informou a existência de ouro e prata entre esses indígenas, e que tais poderiam ensinar o caminho para outros povos que também possuiriam metais (CABEZA DE VACA, 1555 p. 189-190). Após consulta realizada junto aos seus capitães e clérigos, Cabeza de Vaca resolve realizar uma nova entrada em busca dessas “notícias” trazidas por Irala.

Assim, reunindo grande número de espanhóis e indígenas Guarani, Cabeza de Vaca seguiu orientação dos Chané (Çacoci), e partiu com sua expedição de Porto de los Reys, acima de Assunção, rumando para o norte do rio Paraguai e terra adentro ao oeste.

Segundo o relato, a expedição seguiu rio Paraguai acima pelos portos de Giguy, Guaviaño, Tapua, Itaqui, Guacani, Ipananie, até chegarem aos Payaguá, tribo canoera-pescadora filiada étnica e linguisticamente aos Guaikuru. Todos esses portos, ao que parece, referiam-se a nomes de chefes Guarani, que se estabeleciam na costa do rio Paraguai, a fim de prestar auxílio aos espanhóis.

Atingiram em outubro de 1543 o Porto da Candelária, importante local de circulação espanhola durante a “conquista” ibérica do Pantanal, afirmando que se tratava de “la tierra de los indios Payaguaes” (CABEZA DE VACA, 1555, p. 202). Ali, souberam do tesouro “roubado” de Juan de Ayolas quando fora morto, e decidiram tentar recuperá-lo dos Chané, com a ajuda dos Payaguá. Assim, adentraram-se na terra até chegarem aos Matarae, possivelmente mais uma tribo dos “Orejones”. Continuando a caminhada e navegação por rios menores, afluentes do rio Paraguai, chegaram posteriormente aos Guaxarapo (Guasarapo), etnia que se aliou com os “Orejones” contra os espanhóis (COMBÈS, 2010, p. 166). Ainda alcançaram na mesma região os Sococi e Xaquete, também tribos “Orejones”, estabelecendo relações traiçoeiras com ambos.

No capítulo LII dos Comentários (1555 p. 213-215), Cabeza de Vaca realiza uma descrição dos hábitos dos Guaxarapo (Guasarapo), assinalando a existência de ouro entre eles.

Cabeza de Vaca e seus comandados seguiram, não sem percalços, adentrando o Alto Paraguai e contatando os povos indígenas no caminho. Caminharam um grande trecho junto aos “Orejones”, até chegarem aos Mayae, população Guaikuru falante que recebeu esse termo Guarani, assim como os Mbayá, e que no século XVI “vivían más al norte de Asunción, y más “Chaco Adentro”” (COMBÈS, 2010, p. 195).

Os Mayae, segundo o relato, mantinham guerra contra os Chimeneo, que possuíam muitos metais e são “asociados con los payzunos en las funtes, y bien pudieron constituir una “parcialidad” de estos últimos” (COMBÈS, 2010, p. 127); e também contra os Carcarae (Caracará), também possuidores de metais. Os mesmos Mayae indicaram a existência de outros grandes povos que habitavam perto deles, “que se llaman Gorgotoquies, Payçuñoes, Estarapecocies, y Candirees” (CABEZA DE VACA, 1555, p. 223). Esses povos seriam os Gogotoqui, Payzuno, Estarapecoci e Candiré, e localizavam-se no caminho entre o Porto de los Reyes e a antiga cidade de Santa Cruz la Vieja, entre as zonas I e IV do mapeamento realizado por Combès (2010, p. 57)³¹, o que se refere à rota para se chegar à Serra de Prata, tão procurada pelos espanhóis.

Há também no relato de Cabeza de Vaca a menção aos Xaraye, abordado no segundo capítulo do trabalho. O fato de o Pantanal ter sido conhecido durante muito tempo como a Lagoa dos Xarayes reforça a ideia do quanto os espanhóis ficaram impressionados com esse povo. Após estarem com os Xaraye, os espanhóis chegaram aos Artanese.

Entre os Artanese, Cabeza de Vaca manteve contato com um guia Guarani-falante provindo do Itatín, que havia sido tomado como prisioneiro. Os indígenas do Itatín, que eram Guarani-falantes, ao que tudo indica, passaram a acompanhar as expedições espanholas depois do contato ser estabelecido. Torna-se difícil de elucidar, contudo, se tal fato ocorreu antes ou depois do narrado por Cabeza de Vaca.

Já no caminho de volta da expedição, próximo ao Porto de los Reys, Cabeza de Vaca identifica os Arriancosi, agricultores que se negaram a ajudá-los (COMBÈS, 2010, p. 67). Essa passagem do relato torna representativa pela forma como as cheias intermitentes do Pantanal afetam diretamente os espanhóis, que já não têm como se abastecerem e ainda veem insurgir inúmeras revoltas dos indígenas que lhes negam assistência, como as do Guaxarapo

³¹ Vide capítulo 2.2 do trabalho.

(Guasarapo) e Guató que se unem em guerra contra os espanhóis. Para caracterizar tal situação, podemos observar o seguinte relato:

Tres meses estuvo el gobernador en el puerto de los Reyes con toda la gente enferma de calenturas, y él con ellos, esperando que Dios fuese servido de darles salud y que las aguas bajasen para poner en efecto la entrada y descubrimiento de la tierra, y de cada día crecía la enfermedad, y lo mismo hacían las aguas (CABEZA DE VACA, 1922, p. 328).

A segunda entrada de Cabeza de Vaca no Alto Paraguai durou cerca de nove meses. Quando volta para Assunção com muitas baixas e enfermo, é preso junto com seus capitães sob denúncias de “traidor, autoritário e incompetente” (MARKUN, 2009, p. 177-178), e mandado de volta à Espanha em 1544.

O relato produzido por ele é fundamental para entender o contexto étnico do Alto Paraguai, Assunção, até o Porto da Candelária, Porto de los Reyes, e ao oeste, rumo em direção à antiga Santa Cruz la Vieja, conforme procurou-se demonstrar acima.

3.2.4 OUTRAS EXPEDIÇÕES

Além da já referenciada expedição trans-Chaco realizada por Irala entre 1547 e 1548 e das expedições acima descritas, em 1556, após a morte do *adelantado* Irala,

Ñuflo de Chaves hizo una última expedición de exploración desde Asunción, subiendo el río Paraguay hasta llegar en 1557-58 otra vez al Pantanal, esta vez en busca de “el Dorado”. No se sabe por qué decidió dirigir su compañía hacia el oeste del Pantanal en vez de al norte, donde habían tenido noticias de grupos con muchos objetos de oro, pero así lo hizo. Otra vez, la exploración les llevó a la región de la actual Santa Cruz, pero por una ruta que salía del Pantanal, posiblemente la ruta de García. A orillas del río Guapay, en agosto de 1559, Ñuflo de Chaves fundó un pueblo llamado “la nueva Asunción”, también conocido como “La Barranca”. Cuando estuvo en esta región con Irala en 1548, vivían allí grupos sujetos a una encomienda charqueña, pero la situación había cambiado. Para abrir el camino hacia Charcas, Chaves mandó llamar a Vitupué, el jefe de un grupo de chiriguanés que tenía su pueblo en el lugar donde el río Grande (o Guapay, o Chungará) sale de la cordillera y entra en los llanos (JULIEN, 2008, p. 8).

Ñuflo de Chavez veio para a América do Sul na expedição de Cabeza de Vaca, abordada anteriormente. Acompanhou o *adelantado* em suas entradas e ficou na privíncia do Prata quando o então governador fora preso e enviado de volta à Espanha, passando a servir a

Irala. Em Julien (2008, p. 84-86) há a publicação de um documento intitulado “*Relación de los casos en que el capitán Nufrio de Chaues ha servido a Su Majestad desde el año de 1540. Santa Cruz de la Sierra, 1.VI.1561*”, no qual o próprio Chaves discorre sobre seus serviços prestados à Coroa Espanhola, que além do caráter de prestação de contas, parecia uma forma do oficial pleitear *encomiendas* na cidade que fundara em 1561, Santa Cruz de la Sierra, pertencente à jurisdição de Charcas.

Dentro de sua relação, observamos o relato de sua entrada pelo Alto Paraguai desde 1556:

febrero 1557 Por hebrero del año de çinquenta y siete, a su costa y con ayuda del capitan Hernando de Salazar, hizo vn armada de veynte y tres navios, y con çiento y çinquenta [f. 28v] ocho españoles arcabuzeros y jente de a cavallo subio por el rrio de Paraguay, y arriba trezientas y quarenta leguas al norte hasta tanto que no se pudo navegar el dicho rrio; tomo la tierra con la dicha jente por el horden nesçesario; entro siempre al este nordeste, descubriendo y conquistando por la provincia de los xaries, perebaçanes, corbinas, ortugueses, otones, pamonos, xamareçoies y los chiquitos, todas jentes belicosas, grandes labradores, en donde vuo grandes guaçabaras y contrastes; por la qual dicha tierra, segun la rrelaçion que lleuava, se yua açercando a la tierra de la noticia (JULIEN, 2008, p. 86).

Os povos comentados por Chaves estão em consonância com os descritos por Ulrico Schmidel e Cabeza de Vaca, os quais já abordamos anteriormente. Passemos adiante em nossa investigação.

3.3 ENCOMIENDAS, ENCOMIENDEROS E SANTIAGO DE XEREZ

Na segunda metade do século XVI, enquanto na região do Peru, com os Incas, e na região do México com os Maias e Astecas, a colonização estava efervescente, e todo um sistema havia sido criado para explorar as riquezas minerais e naturais, no Médio Paraguai os colonizadores espanhóis enfrentavam alguns “problemas”, como a sazonalidade do ambiente, que resultava na falta de alimentos, e os indígenas que ainda não eram seus aliados.

Esses indígenas eram diferentes das outras regiões, pois, apesar de toda diversidade étnica já assinalada, não formavam “impérios”, como os mencionados acima. Contudo

É correto afirmar que às vésperas do início da Conquista Ibérica os povos canoieiros do Pantanal não estavam organizados em sociedades igualitárias e

sem conflitos internos. Pelo contrário, havia fortes indícios da existência de desigualdades sócio-econômicas e da concentração do poder político nas mãos de uma minoria (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 259).

Os espanhóis estabelecidos no Chaco já tinham o conhecimento da conquista no Peru, e vice-versa. Podemos observar que

Por uma determinação do rei da Espanha, com o objetivo de proteger e assegurar para si a posse da extração de metais da região de Potosi e evitar os desvios do metal, feito por rotas alternativas que fugiam ao controle da metrópole, no ano de 1552, o rei decidiu proibir os colonizadores estabelecidos em Assunção, de organizarem novas expedições em busca da mitológica Serra de Prata (NOVAIS, 2004, p. 95-96).

A recomendação da coroa espanhola, contudo, não diminuiu a ambição dos espanhóis, pois, como vimos anteriormente, Ñuflo de Chaves realizou uma expedição no ano de 1556, que culminou com a fundação de Santa Cruz de la Sierra em 1561. Além disso

Movidos pelo desejo de encontrar novas fontes de riquezas e diante das novas possibilidades que se apresentavam, os assuncenhos, orientados por Irala, deram início, a partir de princípios de 1553, à consolidação de uma política expansionista. Assim, Irala buscava viabilizar recursos, que julgava ser necessários para desenvolver o seu projeto de expansão territorial. Para Irala duas eram as áreas de grande importância para garantir o expansionismo assuncenho: Guairá e Itatim. Guairá, na análise que Irala fazia da geopolítica colonial do Paraguai, teria a função de estabelecer ligações entre Assunção e o litoral de Santa Catarina. Nessa região deveria ser fundado um porto para servir de ligação entre o Paraguai e a Espanha. Quanto ao Itatim, os motivos que levaram os espanhóis a se estabelecerem nessa região estão relacionados ao fato de que a Província Jesuítica do Itatim constituía-se em uma possível passagem, ou seja, encontrava-se no caminho para o Peru. Sendo assim, quebraria o isolamento em que se encontrava Assunção. Outro fator importante estava relacionado ao problema das “encomiendas” e ao fato de que estando os povoadores de Assunção, descontentes com o número de índios que haviam recebido como encomendados, saíssem a procura de novos territórios cujos habitantes pudessem dominar e submeter a tal prática (NOVAIS, 2004, p. 95-96).

Sendo assim, para garantir o sonho de riqueza e prosperidade alimentados na europa, os colonos espanhóis deveriam expandir seus territórios, *encomiendendo* os indígenas à coroa espanhola, começando pelos inimigos. É provável que tal ação ainda estava revestida de certa expectativa de descoberta de metais preciosos. A *encomienda* pode ser entendida como

sendo um “domínio político visando a exploração econômica” (MELIÁ, 1993, p. 31), como forma de “enquadrar o trabalho dos índios”, que eram “confiados (encomendados) a um espanhol a quem paga tributo sob a forma de prestação de serviços” (ROMANO, 1995, p. 41).

As *encomiendas* no Chaco do século XVI concentravam-se em Assunção e Santa Cruz la Vieja. Da primeira pouca sabemos; da segunda há um levantamento realizado por Isabelle Combès (2010, p. 42-47), sendo que os povos *encomiendados* foram:

Panecoçis (7 encomendas); Quibichicoçis (4 encomendas); Gorgotoquis (3 encomendas); Chanes (2 encomendas); e apenas com uma encomenda cada um: Tarapeçoçis [astarapeçoçis], Capaxoros [caparioros], Paroquis, Porronos, Toboyanos, Quibaracocis, Mbayá [mayaes], Gorgotoquis camionos, Ximaecoci (provavelmente jamarecoci) e Tipionos – ainda que outras fontes mostram que “os tipionos” são na realidade os chanes (COMBÈS, 2010, p. 43).

No total, contabilizaram-se “269 encomendas diferentes” (COMBÈS, 2010, p. 47) em Santa Cruz la Vieja no século XVI.

Por não haver nenhuma cidade ou aldeia espanhola no Alto Paraguai, não podemos falar de *encomiendas* no Pantanal do século XVI. Contudo, conforme pontuado acima, algumas tentativas foram feitas. A mais pragmática delas parece ter sido a fundação de Santigado de Xerez, em 1593 por Ruy Diaz de Guzmán.

Guzmán era um mestiço³² nascido em Assunção entre 1558 e 1560 e participou desde jovem da nova empreitada espanhola no Chaco em busca de expansão territorial e riquezas (NOVAIS, 2004). Nessa nova empreitada, os espanhóis adentraram o Chaco e o Alto Paraguai, navegando rios menores e alcançando outros povos indígenas além dos quais já conheciam. No final do século XVI, os indígenas no Alto Paraguai ainda não estavam *encomiendados* e resistiam às investidas espanholas.

Partindo do Guairá, as margens do rio Paraná, na década de 1580, Guzmán e ruma ao norte em busca de notícias de indígenas que detinham metais preciosos, assim como os primeiros espanhóis no século XVI. Tal fato demonstra como ainda no começo do século

³² Segundo seus biógrafos, seu pai era o espanhol Alonso Riquelme de Guzmán, e sua mãe a mestiça Úrsula, filha de Domingo Martinez de Irala com uma indígena (NOVAIS, 2004).

XVII os espanhóis continuavam sua procura por metais preciosos no Chaco e Alto Paraguai. Nessa viagem, já em 1593, Guzmán funda uma nova província, a saber:

Em 18 de março de 1593, após ter percorrido e estabelecido os limites da nova província, Guzmán deu a ela o nome de Nueva Andaluzia. Assim passou a ser conhecida a antiga província de los Ñuarás. Em termos de geografia atual, a província dos Nuaras ou Nova Andaluzia, como foi rebatizada por Guzmán, encontrava-se localizada no espaço territorial hoje conferido ao atual Estado de Mato Grosso do Sul. A área que servia como limites para o estabelecimento dessa província se estendia do rio Paraná para além da Serra de Maracaju, em direção ao ocidente, onde viviam os Guarani do Itatim, especificamente onde hoje se localiza o Pantanal sulmatogrossense (NOVAIS, 2004, p. 152-153).

Após os espanhóis se estabelecerem na nova província de *Nueva Andaluzia*,

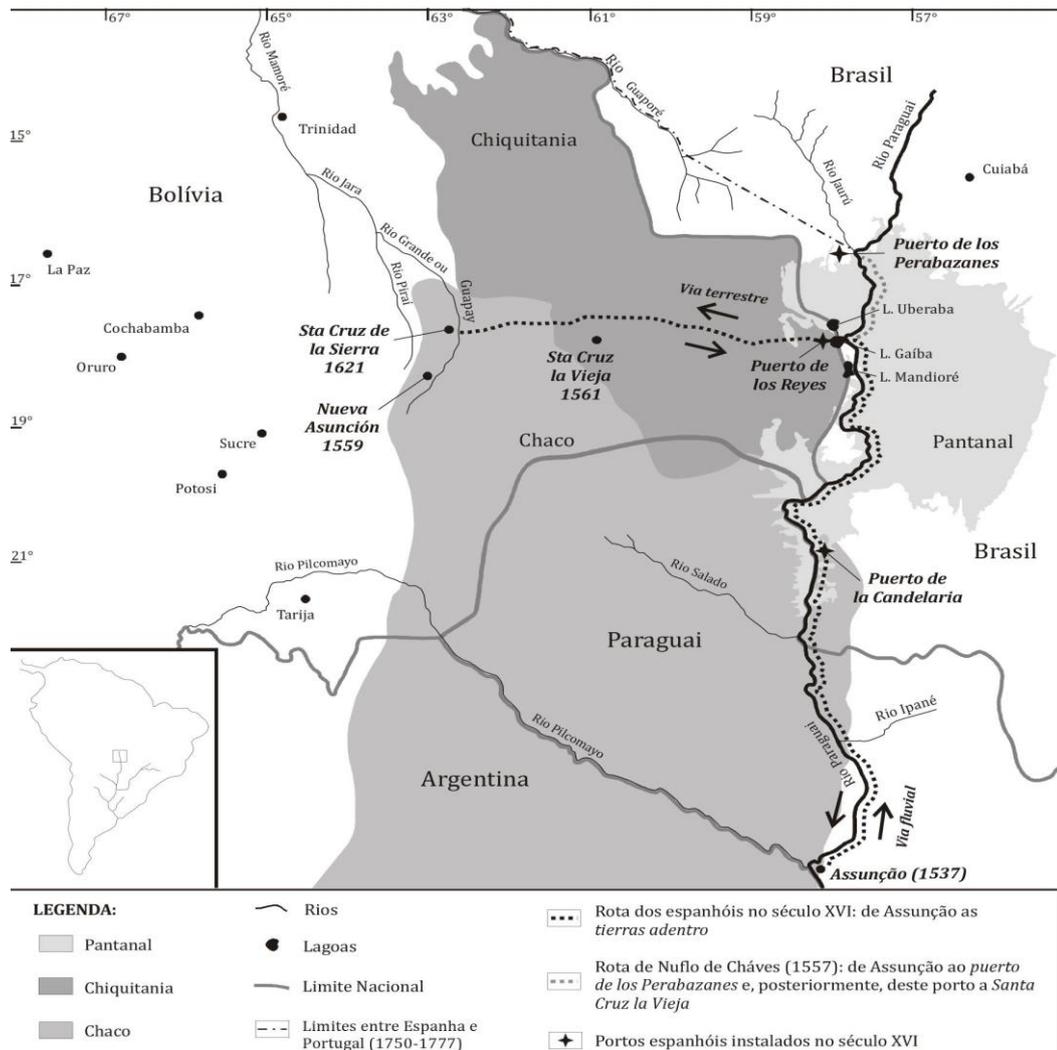
Guzmán constatou que após terem percorrido todo o território dos Ñuaras, parecia que finalmente haviam encontrado o lugar mais cômodo e apropriado para se estabelecer um povoado. O lugar escolhido por Guzmán encontrava-se próximo ao rio Ivinhema, meia légua do porto de San Matias. Tratava-se de um lugar plano e de bons campos para o gado. Além disso, a terra era boa para a agricultura. Os Gualacho, habitantes tradicionais da região, eram índios agricultores. Decidiu então Guzmán, pelas condições que o lugar oferecia, fundar um povoado naquela região, ao qual deu o nome de Santiago de Xerez (NOVAIS, 2004, p. 153).

Santiago de Xerez foi construída durante anos, vista como ponto estratégico dos espanhóis no Alto Paraguai, terras que ainda não haviam conquistado. Já no dia

13 de janeiro de 1596, o tenente governador Ramírez de Velazco confirmou a Ruy Diaz de Guzmán a tendência da governação de los Ñuarás e Santiago de Xerez. Em Assunção, o governador Ramírez de Velazco nomeou Guzmán capitão, para que este fizesse a guerra contra os índios do Chaco. No ano seguinte, 1597, Ramirez designou Guzmán tenente governador e justiça maior de Santiago de Xerez e de seus distritos. Estando de posse do novo cargo, Guzmán, juntamente com alguns soldados e amigos, os quais dispunham de armas, munições e cavalos, foram prestar socorro aos habitantes de Xerez. Ao chegar, encontraram a cidade em difíceis e precárias condições. Tendo em vista o estado em que encontrou Xerez e percebendo a dificuldade em manter o povoado no lugar em que se encontrava estabelecido, Ruy Diaz de Guzmán, com os moradores de Xerez, começou a se empenhar e a tomar algumas providências para que pudesse transladar a cidade para um lugar mais seguro, garantindo, assim, o sucesso e o êxito da nova fundação (NOVAIS, 2004, p. 153).

No local de sua primeira fundação, os habitantes de Xerez sofreram com a sazonalidade do ambiente (assim como os espanhóis desde que chegaram ao Chaco), e com os corriqueiros ataques de indígenas, mostrando a resistência desses ao processo de colonização e conquista do Alto Paraguai. Guzmán e a população mudam Santiago de Xerez em 1600 para as margens do rio Mbotetey, atual Miranda, onde permanecem até 1632, quando, ainda sofrendo com os mesmos problemas anteriores, somados aos ataques dos bandeirantes paulistas que começavam a navegar a região, despoavam a cidade (NOVAIS, 2004).

FIGURA 4 - ROTAS EXPEDICIONÁRIAS PERCORRIDAS PELOS ESPANHÓIS ENTRE ASSUNÇÃO E SANTA CRUZ LA VIEJA, NA CHIQUITANIA, COM A LOCALIZAÇÃO DOS PORTOS INSTALADOS NO SÉCULO XVI (PUERTO DE LA CANDELARIA, PUERTO DE LOS REYES E PUERTO DE LOS PERABAZANES).



FONTE: FIGURA ELABORADA POR ARIANE A. C. DE ARRUDA, A PARTIR DAS BASES CARTOGRÁFICAS DE ESCALADA (1933) E DE NAVARRO E MALDONADO (2006) (apud ARRUDA, 2011).

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas durante o capítulo permitem que compreendamos como os indígenas no Alto Paraguai foram alcançados no século XVI pelas expedições que buscavam a lendária Serra de Prata. Tais expedições culminaram na fundação de cidades como Buenos Aires e Assunção, por exemplo, que passaram a servir de lugares estratégicos na dinâmica de conquista da região e dos indígenas, que será instalada no decorrer do século.

Na região do Pantanal, o rio Paraguai terá papel fundamental para as primeiras expedições, pela marcante sazonalidade do ambiente e o despreparo dos europeus para navegarem rios menores com seus grandes barcos, sendo fundado no seu curso, acima de Assunção, o importante Puerto do los Reyes. O mesmo rio também desempenhou papel fundamental no processo de ocupação da região e nas diversificadas pautas interétnicas existentes no rico mosaico cultural no Pantanal do século XVI.

Faz-se mister salientarmos que toda a rede de administração colonial formada no Chaco a partir do século XVI teve como ponto de partida as expedições europeias que alcançaram a região e as fundações estratégicas no curso dos rios maiores, como Paraná e Paraguai. O passo seguinte dado pela coroa espanhola foi a fundação de províncias, que no Chaco do século XVI correspondiam à do Rio de Prata, no Médio e Baixo Paraguai, e do Charcas, na região de Santa Cruz la Vieja.

Portanto, no século XVI, a conquista dos indígenas e da região do Alto Paraguai dar-se-á, sobretudo, a partir de Assunção, que fora por longo tempo também capital da província do Rio da Prata. Os indígenas “conquistados” foram primeiramente os inimigos dos Guarani que eram os principais interlocutores dos espanhóis na região, como os Guaikuru, por exemplo, e que ocupavam as margens dos grandes rios. Observamos que ser interlocutor não significa ser subserviente, visto a diversidade étnica dos próprios indígenas Guarani apresentada no segundo capítulo do trabalho, e as revoltas que sacudiam Assunção de tempos em tempos, como forma de resistência ao aumento das *encomiendas* e *reducciones* (MELIÁ, 1993).

Já no final do século XVI os europeus passam a adentrar e estabelecer-se na região do Alto Paraguai, navegando rios menores e fundando cidades, como Santiago de Xerez, já com o serviço de *mestizos* a serviço da coroa, como Ruy Diaz de Guzmán. Começa então uma nova lógica colonial, visto que os limites da região só serão definidos em 1777, “quando o

Tratado de Santo Ildefonso confirma, com algumas alterações, os termos do Tratado de Madri” (COSTA, 1999, p. 58) de 1750. Terminamos assim, ao menos temporariamente, nossa investigação sobre as expedições europeias no Pantanal do século XVI.

CONCLUSÃO

A rebelião, ainda que autóctone, é sem dúvida uma resposta concreta a uma forma bem determinada de dominação colonial, sobretudo a que se dava através do trabalho exigido pela encomenda, Porém também é, e talvez antes de tudo, uma rejeição contra a forma de vida do dominador. Assim como a dominação valeu-se, para afirmar-se, do batismo e da assimilação de formas de vida hispano-cristã, a reação anticolonial se manifestaria na prática de uma espécie de contrabatismo e na volta às tradições tribais mais características da identidade e da singularidade guarani como eram as religiosas (MELIÀ, 1993, p. 39).

Buscamos através dessa pesquisa de mestrado, compreender a etno-história dos povos indígenas no Pantanal do século XVI e as tentativas de conquista deles, a partir das expedições ibéricas que cortaram o continente a partir do referenciado século.

Na primeira parte do trabalho utilizamos a Arqueologia em diálogo com a História e a Antropologia, para chegarmos ao objetivo proposto. Pontuamos que tal diálogo é necessário na constituição do saber etno-histórico, conforme demonstrado na introdução.

Partimos da constituição étnica do ambiente pantaneiro, com migrações de populações que em muito antecederam a chegada dos europeus à região. Os primeiros humanos que ali chegaram, há cerca de 8 mil anos AP, criaram diversas e complexas formas de adaptação ao meio ambiente marcante, ocupando as terras altas e baixas e construindo montículos que se multiplicam pela região. No Alto Paraguai do século XVI, essas populações formavam um grande e diverso mosaico cultural, com culturas indígenas filiadas a seis famílias linguísticas.

Essas famílias linguísticas foram nossa forma de classificação para o centro de investigação no segundo capítulo, em que tentamos trazer as informações referentes às etnias no Pantanal do século XVI. Essas etnias eram: “Orejone”, Layana (Chané e Guaná), Xaray, e Chiquito (Saraveca) filiadas à família linguística Arawak; Guaxarapo, Mbayá-Guaikuru e Payaguá filiadas à família linguística Guaikuru; Itatim e Guarambarenses filiadas à família linguística Tupi-Guarani; Chamacoco filiada à família linguística Zamuco; além das famílias Bororo (ocidental) e Guató filiadas ao tronco linguístico Macro-Jê.

A realização de investigações acadêmicas que tem como foco as populações indígenas são necessárias para a formação de um conhecimento mais holístico desses sujeitos históricos, desconstruindo imagens cristalizadas sobre eles e as regiões que ocuparam historicamente. Tal perspectiva contribui para a descolonização do pensamento e da própria historiografia brasileira.

A partir da década de 1520, expedições ibéricas começarão a percorrer a região em busca da lendária Serra de Prata e da conquista de territórios e indígenas. A primeira expedição que atinge o Alto Paraguai é a de Aleixo Garcia, sobrevivente do naufrágio de Juan Díaz de Solís na região que viria a ser a província do Rio da Prata, o qual Solís batizou de Mar Dulce. O português é morto por indígenas no trajeto de volta. A coroa espanhola, desejando a grande riqueza que pensava existir na região, destina a expedição de Pedro de Mendoza para explorá-la. O primeiro *adelantado* do Rio da Prata, por sua vez, ordena que Juan de Ayolas percorra o norte da região em busca de riquezas.

Ao alcançar o Alto Paraguai, Ayolas realiza entrada da qual não volta, deixando Domingo Martinez de Irala em seu lugar, acompanhado de Ulrico Schmidel, que ao retornar à Alemanha publica importante relato que analisamos no terceiro capítulo. Após anos sem informação da província do Rio da Prata, a coroa espanhola envia à região a expedição do agora *adelantado* Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. Apesar das melhorias que Irala aparentemente realizou na província do Rio da Prata, suas firmes posições desagradaram muitos colonos, como no episódio da transferência da capital da província de Buenos Aires para Assunção, e culminou em uma rusga entre ele e Cabeza de Vaca.

Cabeza de Vaca realiza duas entradas no Alto Paraguai antes de ser preso e mandado de volta para a Espanha, onde publica seus *Comentarios*, outro importante relato analisado no terceiro capítulo. Ñuflo de Chavez ainda realiza uma entrada no Alto Paraguai que culminará na fundação de Santa Cruz de la Sierra em 1561.

Os relatos das expedições analisados no terceiro capítulo nos permitem apresentar um panorama da constituição étnica do Alto Paraguai no século XVI, além da relação entre espanhóis e indígenas e a tentativa de conquista dos últimos. A busca pela Serra de Prata e as riquezas que acreditava-se existir na região parece dominar o imaginário europeu no século XVI, sendo o norteador das expedições que serão o início do processo de conquista dos indígenas e da região do Pantanal.

Após o início do processo de conquista, as *encomiendas* e posteriormente as *reducciones* serão a forma de dominação europeia, não sem a resistência por parte dos indígenas. Já no final do século XVI os espanhóis passam a navegar os rios menores e fundar cidades no Alto Paraguai, como Santiago de Xerez, inaugurando uma nova fase no processo de conquista dos povos indígenas no Pantanal.

Antes de terminarmos, cabe observar que trabalhos etno-históricos como o que se pretendeu fazer aqui, tornam-se indispensáveis para um novo olhar sobre a História Indígena e a História Colonial do Brasil, procurando assim, descolonizá-la. As conclusões aqui apresentadas não encerram o assunto. Apesar do exaustivo levantamento bibliográfico realizado para a pesquisa e a escrita do trabalho, ainda há Histórias a se contar, sobre o Pantanal e sobre a conquista dos povos indígenas que nele viviam no século XVI.

Para finalizar essa dissertação temos que pontuar que os indígenas, principais sujeitos desse trabalho e principais sujeitos da História da América, até hoje não se sentem conquistados, apesar de muitos povos terem sido dizimados no processo de conquista no Pantanal nos séculos subsequentes. Contar sua História é contar nossa História. E hoje, talvez mais que nunca, é preciso dar-lhes voz, rompendo silêncios perpetrados por séculos.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. *Condicionantes étnicos na criação das Missões de Chiquitos: alianças e conflitos na Chiquitania e no Pantanal (1609-1691)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, 2011.

AZARA, F. de. 1962. *Descripción e Historia del Paraguay y del río de la Plata*. In GAIBROIS, M. B. (Org.). *Viajes por America del Sur*. Madrid, Aguilar, v.2, pp.331-497.

BRASIL, João Filipe Domingues. *Etno-história: superação de negação ontológica da diferença*. Monografia, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufragios y Comentarios*. Madrid: Calpe, 1922.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Introdução a uma história indígena*. In: _____ (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.

_____. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARVALHO, S. M. S. 1992. *Chaco: encruzilhada dos povos e “melting pot” cultural*. In CUNHA, M. C. da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Cia das Letras, pp.457-474.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. *Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa*. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349- 371, jan.-jun. 2011.

CHAMORRO, Graciela. *Contribuições para a história indígena contemporânea*. *História em Reflexão*, Dourados, v. 3, n. 6, p. 1-25, jul.-dez. 2009.

COMBÈS, Isabelle. *Diccionario étnico: Santa Cruz de la Vieja y su entorno em el siglo XVI*. Instituto de Misionología: Editorial Itinerarios, 2010.

COSTA, M. de F. G. 1999. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo, Estação Liberdade/Kosmos.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do*

Pantanal Matogrossense. 1995. 210 f. Dissertação (Mestrado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [1995].

_____. *Guatú, argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

_____. *Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal*. 2002. 470 f. Tese (Doutorado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [2002].

_____. *A História Indígena em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas*. Territórios e Fronteiras, Cuiabá, 2001, v. 2, n. 2, p.115-124.

_____. Os milenares. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 100, p. 21-25, 2014.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge & VIANA, S. A. 2000. *O Centro-Oeste antes de Cabral*. *Revista USP*, São Paulo, 44(1):142-189.

FREIRE, J. R. B. *Os Guarani e a Memória Oral: a canoa do tempo*. In: Secretaria de Estado de Educação do Paraná. (Org.). *Cadernos Temáticos Educação Escolar Indígena*. 1 ed. Curitiba: SEED Paraná, 2007, v. 1, p. 38-42.

JULIEN, Catherine. *Desde el Oriente. Documentos para la historia del Oriente boliviano y Santa Cruz la Vieja (1542-1597)*. Santa Cruz: fondo editorial municipal, 2008.

MARKUN, Paulo. *Cabeza de vaca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAURA, Juan Francisco. *El Gran Burlador de América*. Colección: Estudios y Libros de Parnaseo-Lemir, 2011.

MELIÀ, Bartomeu. 1993. *El Guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. Asunción: CEADUC.

MELLATI, Júlio Cesar dos Santos. *Áreas Etnográficas da América Indígenas (Online)*. Disponível em www.juliomelatti.pro.br/areas/00areas.htm. Cap. 34.

MÉTRAUX, A. 1944. *Estudios de etnografía chaqueña*. *Anales del Instituto de Etnografía Americana*. Trad. de S. Canals Frau, Cuyo, 5:263-314.

MITRE, Bartolomé. In: *Viaje al río de La Plata, 1534-1544*. Buenos Aires: Cabaut y Cia, 1903 [1567]. [www.cervantesvirtual.com].

MIGLIACCIO, Maria Clara. *O doméstico e o ritual: cotidiano Xaray no Alto Paraguai até o século*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, 2006.

MONTEIRO, John M. . Os Guarani e a História do Brasil Meridional, Séculos XVI-XVII. In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). História dos Índios no Brasil. 2ed.São Paulo: Companhia das Letras, 1992, v. , p. 475-498

_____. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995a.

NOVAIS, Sandra Nara da Silva. *Ruínas de Xerez: Marco histórico do colapso do projeto colonial castelhano em Mato Grosso (1593-1632)*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados, 2004.

PEIXOTO, J. L. S. *A ocupação Tupiguarani na borda oeste do Pantanal Sul-mato-grossense: maciço do Urucum*. In: VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1995, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1995. p. 281-294.

_____. *Populações indígenas Tupi-guarani no Pantanal Sul-mato-grossense*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, v. 8, p. 71-86, 1998.

_____. *Arqueologia nas Grandes Lagoas do Pantanal*. Albuquerque: Revista de História, v. 1, p. 193-206, 2009.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Tradução de João de Freitas Teixeira. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Pantanal: os primeiros passos da pré-história*. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 22, n.129, p. 36-45, 1997.

SCHMIDEL, Ulrico. *Viaje al río de La Plata, 1534-1544*. Buenos Aires: Cabaut y Cia, 1903 [1567]. [www.cervantesvirtual.com]

_____. 1986. *Relatos de la conquista del rio de la Plata y Paraguay (1534-1554)*. Trad. de K. Wagner, Madrid, Alianza.

SILVA, Eliazar João da (Org.). *Dissertações de mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (2005-2006)*. Fronteiras, Dourados, v. 9, n. 16, p. 111-127, jan.-jul. 2007.

SILVA, MARTA PEREIRA DA; MAURO, RODINEY; MOURAO, GUILHERME & COUTINHO, MARCOS. *Distribuição e quantificação de classes de vegetação do Pantanal através de levantamento aéreo*. Revta brasil. Bot., São Paulo, V.23, n.2, p.143-152, jun. 2000.

SUSNIK, Branislava. *Etnologia del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1978.

_____. *Etnohistoria de los Guaraníes*. Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1979-1980.

TRIGGER, Bruce G. 1982. *Etnohistória: problemas e perspectivas*. Ethnohistory, Texas, 29(1):1-19.

URBAN, Greg. *A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas*. In Carneiro da Cunha, Manuela, *História dos Índios no Brasil*, p. 87-102. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

XIMENES, Lenir Gomes. *As relações dos índios Terena na bacia platina: imposições e alternativas*. Revista eletrônica história em reflexão (UFGD), v. 3, p. 1-15, 2009.

ZAGO, Lisandra. *Etnohistória Bororo: contatos, alianças e conflitos (séculos XVIII e XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005.

Relación de los casos en que el capitán Nufrio de Chaues ha servido a Su Majestad desde el año de 1540. Santa Cruz de la Sierra, 1.VI.156.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufragios y Comentarios*. 1555.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, __ de _____ de 2015.

João Filipe Domingues Brasil